

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS

ANA CAROLINA MOTTA DAVI

**INFERÊNCIAS NA INTERFACE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA:
UMA INVESTIGAÇÃO ATRAVÉS DOS DIÁLOGOS DO REALITY SHOW**

PORTO ALEGRE
2009

ANA CAROLINA MOTTA DAVI

**INFERÊNCIAS NA INTERFACE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA:
UMA INVESTIGAÇÃO ATRAVÉS DOS DIÁLOGOS DO REALITY SHOW**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Jorge Campos da Costa

PORTO ALEGRE

2009

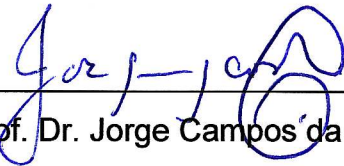
ANA CAROLINA MOTTA DAVI

INFERÊNCIAS NA INTERFACE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA: UMA INVESTIGAÇÃO ATRAVÉS DOS DIÁLOGOS DO REALITY SHOW

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 26 de janeiro de 2010

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Jorge Campos da Costa - PUCRS



Prof^ª. Dr. Sabrina Pereira de Abreu - UFRGS



Prof^ª. Dr. Vera Wannmacher Pereira - PUCRS

AGRADECIMENTOS

A Deus, se não fosse por Ele essas linhas não seriam escritas;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, em especial à professora Claudia Regina Brescancini, ao professor Jorge Campos da Costa e à professora Leci Barbisan, pelo imenso apoio proporcionado.

À minha mãe, Maria Regina Motta, pela ajuda despendida;

Aos meus colegas, pessoas incríveis;

E ao CAPES, por me proporcionar a bolsa de estudos;

Muitíssimo obrigada.

“A clareza é a delicadeza do homem de letras.”

Jules Renard

RESUMO

Esse trabalho visa descrever e verificar processos inferenciais dialógicos semânticos e pragmáticos presentes no gênero televisivo Reality Show, mais especificamente no Big Brother Brasil 9, produzido pela Rede Globo de Televisão. Para tanto, firma-se nos estudos inferenciais de Grice (1975), Sperber e Wilson (1986/1995/2008), Levinson (2000) e Costa (2008/2009), mais especificamente nos processos inferenciais descritos, explicados e ilustrados pelos autores. Baseado na transcrição não técnica de inferências lingüísticas retiradas do Big Brother Brasil 9 é possível afirmar que as mesmas atuam no processo cognitivo de tomada de decisão e demonstrar como isso ocorre.

Palavras Chave: Inferências Semânticas e Pragmáticas. Reality Show. Processo de Tomada de Decisão.

ABSTRACT

This paper aims to describe and verify semantic and pragmatic dialogic inferential processes existing in the Reality Television genre, more specifically in Big Brother Brasil 9, produced by Globo Network. For such, it is based on Grice (1975), Sperber and Wilson (1986, 1995, 2008), Levinson (2000) and Costa's (2009) inferential studies, more specifically on the inferential processes described, explained and illustrated by the authors. Based on the non-technical transcription of linguistic inferences taken from Big Brother Brazil 9 it is possible to state that such inferences act on the decision making cognitive process and to demonstrate how this occur.

Keywords: Semantic and Pragmatic Inferences. Reality Television. Decision Making Process.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	INFERÊNCIAS E O DEBATE TEÓRICO	12
2.1	A TEORIA INFERENCIAL DAS IMPLICATURAS: DESCRIÇÃO DO MODELO CLÁSSICO DE GRICE	12
2.1.1	TEORIA DA COMUNICAÇÃO DE GRICE E O CONCEITO DE IMPLICATURA CONVERSACIONAL	14
2.2	A TEORIA DA RELEVÂNCIA DE SPERBER E WILSON	20
2.2.1	A DISTINÇÃO ENTRE A TEORIA INFERENCIAL DE GRICE E A TEORIA DA RELEVÂNCIA	21
2.2.2	PRINCÍPIO DA RELEVÂNCIA	27
2.2.3	O CONCEITO DE EXPLICATURA SEGUNDO SPERBER E WILSON	36
2.3	SPERBER E WILSON E LEVINSON SOB A ÓTICA DE COSTA	39
2.3.1	PROBLEMAS DA TEORIA DA RELEVÂNCIA	40
2.3.2	TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS	41
2.3.3	PROBLEMAS DA TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS	43
2.4	COSTA - METATEORIA DAS INTERFACES EXTERNAS E INTERNAS.....	44
2.4.1	INFERÊNCIAS	45
3	INFERÊNCIAS DIALÓGICAS	48
3.1	DESCRIÇÃO DE INFERÊNCIA DIALÓGICA	58
3.1.1	O DEBATE SOBRE A INTERFACE SEMÂNTICO/PRAGMÁTICA	59
3.1.2	INFERÊNCIAS NO DIÁLOGO	62
3.2	EXPLICAÇÃO DE INFERÊNCIA DIALÓGICA.....	64
3.3	ILUSTRAÇÕES DE INFERÊNCIAS DIALÓGICAS.....	67
4	O PAPEL DAS INFERÊNCIAS NA TOMADA DE DECISÃO NO REALITY SHOW	74
4.1	REALITY SHOW: BIG BROTHER BRASIL 9.....	74
4.1.1	DESCRIÇÃO DO BIG BROTHER BRASIL 9	77
4.1.2	BBB 9: UMA FÁBRICA DE INFERÊNCIAS	80
4.2	O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	81
4.3	ANÁLISE DAS CADEIAS INFERENCIAIS E DO IMPACTO DAS MESMAS NA TOMADA DE DECISÃO NO REALITY SHOW.....	87
4.3.1	ANÁLISE INFERENCIAL DO BIG BROTHER BRASIL.....	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo investigar os processos inferenciais localizados na interface semântico/pragmática¹, através do gênero televisivo reality show, mais especificamente, através do Big Brother Brasil em sua nona edição, e como os mesmos atuam no processo de tomada de decisão, envolvendo participantes, produção e público do referido programa.

Os processos inferenciais da interface semântico/pragmática podem manifestar-se de diversas formas como, por exemplo, nas implicaturas griceanas, durante a comunicação ostensivo-inferencial tratada por Sperber e Wilson e, também, nas implicaturas conversacionais generalizadas abordadas por Levinson, dentre outras formas. Os conjuntos de inferências mencionados serão analisados neste estudo quando aparecerem nos diálogos do gênero televisivo Reality Show e estiverem ligados ao processo de tomada de decisão.

O gênero televisivo Reality Show será analisado por tratar-se de uma fonte inferencial múltipla, onde consta praticamente todo tipo de processo inferencial, por ser basicamente dialógico e por exigir tomada de decisão constante de participantes, produção e público. O Big Brother Brasil 9 foi o Reality Show escolhido para a verificação da análise.

Utilizar-se-á uma arquitetura teórica envolvendo autores diversos: Grice (1975), Sperber e Wilson (1986/1995/2008), Levinson (2000), Costa (2008/2009) e suas respectivas teorias inferenciais: Teoria Inferencial das Implicaturas (modelo clássico de Grice), Teoria da Relevância, Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas e Metateoria das Interfaces Externas e Internas. Todas serão brevemente descritas a seguir.

Grice (1975), com a sua Teoria Inferencial das Implicaturas, provocou enorme impacto nos estudos pragmáticos. É possível afirmar que *Logic and Conversation* seja considerado um dos mais significativos textos da obra do autor.

¹ “A interface semântico/pragmática caracteriza a interseção que ocorre entre essas duas sub-áreas não autônomas da Linguística.” (COSTA, 2008)

De acordo com Ibaños e Silveira (2002), o objetivo de Grice, ao escrever *Logic and Conversation*, foi o de mostrar que os significados dos conetivos não é dúbio entre uma leitura da Lógica e outra da Linguagem Natural. Os conetivos são os mesmos e de mesmo significado. A variação se dá porque esses conetivos, utilizados na linguagem natural, carregam implicaturas cuja determinação depende de outros fatores que não as condições de verdade. Isso foi o que orientou Grice na tentativa de descrever os princípios seguidos pelos falantes, ao dialogarem, e o processo de cálculo dedutivo pelos quais os falantes e ouvintes passam, ao transmitirem e receberem significações subentendidas.

É necessário fazer um breve comentário sobre a Teoria da Comunicação de Grice (1957). De acordo com as autoras, quando dois indivíduos dialogam, existem leis implícitas que governam o ato comunicativo. Isso significa que, mesmo inconscientemente, os interlocutores trabalham a mensagem lingüística de acordo com certas normas comuns que caracterizam um sistema cooperativo entre eles, para que as informações possam ser trocadas o mais univocamente possível. Grice chama, a esse conjunto de regras, Princípio de Cooperação.

Daí a importância do estudo griceano que cunhou o conceito de Implicatura, tão importante para o curso da Pragmática.

A Teoria da Relevância de Dan Sperber e Deirdre Wilson (1986/1995/2008) baseia-se no Princípio de Cooperação de Grice e traz consigo o Princípio de Relevância, baseado em um modelo de comunicação ostensivo-inferencial. “Todo o ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 158). Sendo assim, de acordo com os autores, à comunicação humana são atribuídas duas propriedades: ser ostensiva, da parte do comunicador, e inferencial, da parte do ouvinte. Entenda-se: quanto mais efeitos contextuais e menos esforço de processamento, maior é a relevância e quanto menos efeitos contextuais e mais esforço de processamento, menor é a relevância. Entretanto, um maior esforço de processamento, compensado por mais efeitos contextuais, aumenta a relevância.

Tal teoria comunicativa é de suma importância para que se possa compreender mais amplamente o processo inferencial. Constrói-se, dessa forma, uma interface adequada entre Comunicação e Cognição.

Levinson (2000) apresenta a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas como uma abordagem do significado em linguagem natural dedicada aos aspectos pragmáticos do enunciado, mais precisamente a um tipo de inferência cunhada por Grice como Implicatura Conversacional Generalizada. Levinson afirma que tem havido na tradição da interface semântico/pragmática uma radical e imprópria dicotimização entre o significado da sentença (*sentence type-meaning*) e o significado do enunciado (*utterance tokenmeaning*), que perde de vista o que ele considera crucial para o entendimento do tópico, a então chamada 'interpretação preferencial'. Não estando exatamente ao nível do convencional semântico nem da ocorrência específica pragmática, Levinson identifica a existência de um nível intermediário decisivo para suas considerações, que denomina de significado do enunciado tipo (*utterance type-meaning*). Tal nível de significação, no caso, não representa o objeto da Pragmática mais típica, o enunciado-ocorrência (*utterancetoken*), em sua dependência de contexto particular, mas, antes, é o resultado de uma certa generalização no uso da linguagem, uma espécie de interpretação padrão que caracteriza uma instância pragmática mais fortemente relacionada à Semântica. Dessa forma, Levinson acaba por aproximar a Semântica da Pragmática.

Costa (2008/2009) é autor da Metateoria das Interfaces Externas e Internas e elucida que dentre as interfaces externas é possível localizar, por exemplo, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Ciências Formais. Dentre as interfaces internas, pode-se destacar, por exemplo, como interfaces internas da Linguística, a Semântica, a Pragmática, a Morfologia, a Fonologia, a Lexicologia, ou seja, subáreas não completamente autônomas da Linguística. A partir disso é possível compreender que as descrições de determinados fenômenos se dão nas interfaces internas e que a explicação dos mesmos se dá nas interfaces externas. Nesta pesquisa a interface externa é lingüístico-cognitivo-comunicativa e a interface interna é semântico/pragmática.

As teorias brevemente expostas acima fundamentarão o que se entenderá por inferência lingüística nessa pesquisa.

Estruturar-se-á o estudo da seguinte forma: primeiramente, abordar-se-á a arquitetura teórica dessa investigação que abarca as teorias inferenciais de Grice (1975), Sperber e Wilson (1986/1995/2008), Levinson (2000) e Costa (2008/2009).

Após isso, a inferência dialógica será descrita, explicada e ilustrada. Em seguida, passar-se-á a uma abordagem geral, portanto não técnica, do Reality Show, enfatizando, para tanto, o programa Big Brother Brasil 9. Finalmente, e considerado ponto central da dissertação, serão analisadas as inferências lingüísticas atuantes no processo de tomada de decisão, inseridas no Reality Show.

A conclusão desse trabalho trará os resultados da investigação acima citada. Sendo assim, passa-se agora ao capítulo Inferências e o Debate Teórico.

2 INFERÊNCIAS E O DEBATE TEÓRICO

Esse estudo, como já dito, tem por objetivo analisar o processo de tomada de decisão que ocorre a partir de inferências inseridas em diálogos do reality show, mais especificamente do programa Big Brother Brasil 9. Para tanto, essa investigação estará ancorada em processos inferenciais da interface lingüística semântico/pragmática de tipos diversificados, todas, de acordo com essa análise, sinônimas a inferências dialógicas. Tais cadeias inferenciais serão investigadas para que haja a verificação de como as mesmas atuam no processo cognitivo de tomada de decisão.

A partir disso, se faz necessário descrever e explicar as teorias utilizadas para a composição desta pesquisa. Para desenvolver o estudo que aqui segue, valer-se-á de um debate teórico envolvendo: Grice (1975) e a Teoria Inferencial das Implicaturas (modelo clássico), Sperber e Wilson (1986/1995/2008) e a Teoria da Relevância, Levinson (2000) e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas e Costa (2008/2009) e a Metateoria das Interfaces Externas e Internas. Todos serão vistos seqüencialmente, a iniciar por Paul Grice.

Paul Grice causou um dos maiores impactos teóricos na história da Lingüística ao desenvolver pesquisas sobre Pragmática. A partir da teoria griceana, Sperber e Wilson, Levinson, Costa e outros, puderam desenvolver seus estudos e colaborar para uma melhor explicação de importantes fenômenos lingüísticos, sendo compatíveis com a Teoria Inferencial das Implicaturas.

2.1 A TEORIA INFERENCIAL DAS IMPLICATURAS - DESCRIÇÃO DO MODELO CLÁSSICO DE GRICE

Já dito que Paul Grice, com a Teoria Inferencial das Implicaturas, causou um enorme impacto nos estudos pragmáticos.

Como visto em Ibaños e Silveira (2002), o objetivo de Grice ao escrever *Logic and Conversation* foi o de mostrar que os significados dos conetivos não é dúbio entre uma leitura da Lógica e outra da Linguagem Natural. Os conetivos são os mesmos e de mesmo significado. A variação ocorre porque esses conetivos, em

linguagem natural, carregam implicaturas cuja determinação depende de fatores externos às condições de verdade. Isso guiou Grice na tentativa de descrever os princípios seguidos pelos falantes ao dialogarem e o processo de cálculo dedutivo pelos quais os falantes e ouvintes passam ao transmitirem e receberem significações não literalmente expressas.

Nos exemplos a seguir, retirados de Ibaños e Silveira (op. cit.), o conetivo ‘e’ muda de significação conforme contexto:

- a) o Ministro é brasileiro e trabalha no Supremo Tribunal Federal. Nessa sentença ‘e’ significa ‘&’, pois tem o significado de conetivo lógico;
- b) o Ministro foi chamado e começou a votar. O conetivo ‘e’ significa ‘e então’. Ou seja, determina a seqüência na ordem dada. Considerando que num julgamento coletivo como no Pleno do Supremo Tribunal Federal, os Ministros proferem os seus votos após serem chamados pelo Ministro Presidente, não seria possível ‘o *Ministro começou a votar e foi chamado*’.

A perspectiva apresentada por Grice serviu como base para a tentativa de delimitarem-se os campos da Semântica e da Pragmática. A Semântica trata da determinação do dito, verificável sob condições de verdade, como no exemplo anterior (a), e a Pragmática tentaria explicar essas outras partes do significado transmitidas implicitamente, levando-se em consideração o contexto, como em (b).

Grice (1975) propôs, inicialmente, um exemplo que se tornou clássico:

1) A e B estão conversando sobre C:

A: - Como (C) está se saindo no emprego novo?

B: - Muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso.

Um diálogo desse tipo mostra que há duas formas de significação distintas: a resposta de (B) diz que (C) está bem e ainda não foi preso e implica que (A) poderia inferir que isso pudesse ter acontecido, tendo em vista que (C) é o tipo de

pessoa que pode ceder às pressões do seu trabalho e fazer algo que o leve à prisão. É a partir desse contexto que Grice introduz os termos técnicos implicitar (*implicate*), implicatura (*implicature*) e implicitado (*implicatum*). Seu objetivo foi organizar, ao redor deles, um sistema explicativo dessa significação que (A) e (B) podem entender, mas que, efetivamente, não foi dita.

De acordo com Grice (op. cit.) existem dois tipos básicos de implicaturas, a implicatura convencional e a conversacional, sendo que a primeira está presa ao significado convencional das palavras e a segunda não depende da significação usual, é determinada por princípios básicos do ato comunicativo.

Abaixo segue um exemplo elucidativo da implicatura convencional e, seqüencialmente, uma breve descrição e explicação de implicatura conversacional.

2) Pedro é trabalhador, contudo é pobre.

No enunciado (2), está dito, ou expresso literalmente, que Pedro é trabalhador e que Pedro é pobre, mas não está dito que, sendo trabalhador, não devesse ser pobre. Isso está implicado através do significado convencional da palavra, no caso, através da conjunção 'contudo'. Como se pode depreender do exemplo dado, a implicatura convencional decorre da própria força significativa da palavra, sendo, por isso, intuída pelos interlocutores sem maiores dificuldades.

2.1.1 TEORIA DA COMUNICAÇÃO DE GRICE E O CONCEITO DE IMPLICATURA CONVERSACIONAL

Antes de exemplificar o conceito de implicatura conversacional, é necessário fazer um breve comentário sobre a Teoria da Comunicação de Grice (1957). De acordo com essa teoria, quando dois indivíduos dialogam, existem leis implícitas que governam o ato comunicativo. Isso significa que, mesmo inconscientemente, os interlocutores trabalham a mensagem lingüística de acordo com certas normas comuns que caracterizam um sistema cooperativo entre eles, para que as informações possam ser trocadas o mais univocamente possível. Grice chama esse conjunto de regras de Princípio de Cooperação. Não seria possível, segundo

o autor, que um ato comunicativo pudesse ser totalmente livre, a ponto de falante e ouvinte perderem o controle do próprio jogo. Ao contrário, as regras do ato comunicativo talvez tenham sido aprendidas concomitantemente à aquisição da língua, de tal forma que um falante competente do português também conhece os efeitos de sentido que uma mensagem em português pode adquirir pela ação das regras do jogo comunicacional a que está submetido. Não é por outra razão, aliás, que se fala muito, hoje, numa teoria de competência comunicativa.

Nesse sentido, Grice, retomando uma formulação kantiana, sistematiza o seu Princípio de Cooperação (PC) através de quatro categorias fundamentais articuladas a máximas e submáximas, expostas a seguir, de acordo com o (quadro 1).

QUADRO 1 - Princípio da Cooperação (máximas e implicaturas)

Categorias do Princípio da Cooperação (máximas e implicaturas)

- *Categoria da Quantidade*: relaciona-se à quantidade de informação que deve ser fornecida em uma mensagem. A essa categoria correspondem duas máximas:
 - a) a mensagem deve ser tão informativa quanto à necessidade da conversação;
 - b) não deve haver mais informações do que as necessárias à conversação.
- *Categoria da Qualidade*: relaciona-se à supermáxima *deve-se, afirmar ocorrências verdadeiras* e também as duas máximas específicas que seguem:
 - a) não afirmar aquilo que acredita ser falso;
 - b) não afirmar algo para o qual não possa fornecer evidência.
- *Categoria da Relação*: relaciona-se à máxima da necessidade de ser relevante.
- *Categoria de Modo*: relaciona-se à supermáxima *necessidade de expressar-se com clareza* e a diversas máximas, como, por exemplo:
 - a) evitar obscuridade de expressão;
 - b) evitar ambigüidade;
 - c) evitar prolixidade desnecessária; entre outras.

Grice acredita que as quatro categorias citadas acima são suficientes para explicar o fenômeno da implicatura conversacional.

Há três situações em que as implicaturas podem ser produzidas, tendo em vista a relação entre os interlocutores mediante o Princípio de Cooperação. De acordo com a primeira delas, nenhuma máxima deverá ser violada, como, por exemplo, no caso de (A) dizer à (B) *estou com fome* e de (B) responder à (A) *há uma padaria nesta rua*. Sendo assim, (B) não violou o princípio de cooperação e (A)

poderá compreendê-lo e deduzir a implicatura conversacional exatamente por entender que (B) está respeitando as regras do diálogo.

A segunda situação postula que uma máxima pode ser violada para que outra não seja. Neste caso, supõe-se que a máxima preservada seja mais relevante que a abandonada. A terceira situação de produção de implicaturas prevista por Grice admite a violação de uma máxima para obtenção de implicatura conversacional. As figuras de linguagem em geral estão contidas nesse caso.

Faz-se necessário explicitar as propriedades que as implicaturas devem ter para que possam ser consideradas como tais, conforme Grice.

As implicaturas convencionais estão presas à convenção do significado das palavras e são reconhecidas pelo ouvinte mediante a sua intuição lingüística. Dessa forma, não dependem de cálculo dedutivo. As implicaturas conversacionais devem ser calculáveis ou dedutíveis; canceláveis; não separáveis; indetermináveis; externas ao sentido do enunciado ou não convencionais; determinadas não apenas pelo dito, mas pela soma do dizer e do dito. Tal categorização será mais amplamente exposta a seguir, de acordo com o texto de Costa (2009) intitulado “A Teoria Inferencial das Implicaturas: Perspectivas e Limitações do Modelo Clássico de Grice”.

Implicaturas

Calculáveis ou dedutíveis: Grice afirma que se uma implicatura não for reconhecida pelo trabalho do cálculo lógico ela não pode ser Conversacional.

De acordo com o exemplo (3):

3) A: - Estou com dor de cabeça.

B: - Há uma farmácia nesta rua.

(A) acredita que (B) está respeitando o Princípio da Cooperação e, então calcula: se (B) disse que há uma farmácia nesta rua ao ouvir a minha frase, (B) quer implicar que: devo ir à farmácia / ela deve estar aberta / ela deve ter remédio para dor de cabeça / eu devo comprá-lo / isso irá resolver meu problema. Esse é

um trabalho de cálculo lógico, considerado por Grice como uma propriedade básica para que se localize uma implicatura conversacional.

Canceláveis

Em primeiro lugar, uma implicatura conversacional pode ser cancelada, simplesmente porque o Princípio de Cooperação que deve estar sendo respeitado para que ela exista pode não sê-lo num contexto particular.

Vê-se o exemplo (4):

4) A: - Preciso de dinheiro.

B: - Não me irrite.

(A) pode entender que (B) está implicando que (A) não deve pedir-lhe dinheiro. (B), porém, pode não estar obedecendo ao Princípio de Cooperação e, simplesmente, estar protestando contra o gesto de (A) ou até referindo-se a o atitude de (A), que bate a porta, por exemplo.

Outro tipo de cancelamento de uma implicatura conversacional é aquele feito mediante uma cláusula (oração) adicional.

5) A: - Quanto você tem na poupança?

B: - R\$ 200,00

A partir do exemplo (5) (A) entende que, se (B) está respeitando a máxima da quantidade, ele tem R\$ 200,00 como diz e implica que tem só isso. A implicatura poderia ser cancelada por uma cláusula condicional: R\$ 200,00 se não mais.

Há, ainda, outro tipo de cancelamento que o contexto pode possibilitar sem acréscimo de nenhum reforço lingüístico. (A) diz para (B) que quer vender seu carro. (B) pergunta quanto custa e (A) diz que é seis mil reais ao que (B) responde: Bem, eu tenho seis mil reais. Nesse caso não podemos inferir que é só isso que (B) tem.

Não separáveis

Essa propriedade diz respeito ao fato de que as implicaturas conversacionais, para que possam ser calculadas, exigem um conhecimento contextual, além do conteúdo semântico da expressão, não dependendo, portanto, do modo da expressão. Em outras palavras, a implicatura permanecerá desde que se diga a mesma coisa ainda que de outra maneira, com sinônimos, por exemplo.

Considere-se o exemplo abaixo:

Modo de expressão X

Modo de expressão Y

6) A: - A minha cabeça está doendo. / Estou com dor de cabeça.

B: - Há uma drogaria aqui perto. / Há uma farmácia nesta rua.

O diálogo, no caso (6), tanto no modo de expressão X quanto no modo de expressão Y, revela a mesma implicatura, tendo em vista que o dito não se alterou em X ou Y.

Não determináveis

Neste caso, a metáfora parece ser um exemplo bastante evidente.

7) A: - O que você acha do jogador Sócrates?

B: - Sócrates é um leão.

(B) viola, em (7), a máxima da qualidade. Ele sabe que Sócrates não é, efetivamente, um leão, mas quer implicar que Sócrates é forte e esforçado como um leão. Poder-se-ia, entretanto, supor que (B) quisesse implicar que Sócrates é o rei dos jogadores ou, em outro contexto, que ele é carnívoro e agressivo. Enfim, como o cálculo da implicatura pode às vezes referir-se a uma lista aberta de implicados, estes podem ser indeterminados como, alias, é comum nos casos de subentendidos.

Não convencionais

Essa propriedade diz respeito à diferença que Grice estabelece entre implicaturas conversacionais e convencionais. Ele até admite que uma implicatura conversacional possa tornar-se convencionalizada, mas, em princípio, não deve fazer parte da força convencional das palavras do enunciado.

Considere-se o seguinte exemplo:

8) A: - Você acha que política é uma coisa simples?

B: - Tanto quanto a Teoria da Relatividade.

A resposta de (B) produz uma implicatura conversacional à medida que (A) deduz que, tendo em vista a sua pergunta, e o aparente abandono da máxima da relevância na resposta de (B), ele (B) deseja implicar que política é muito difícil e complexa, e isso não faz parte do significado literal do seu enunciado.

Não veiculada pelo dito

Nesse caso só as condições de verdade não determinam a implicatura. O que é dito pode ser verdadeiro e o implicado, falso.

Vê-se o exemplo abaixo:

9) A: - Será que João fez a bobagem de viajar?

B: - Se ele fez, está feito.

O enunciado de (B) é verdadeiro, à medida que é tautológico. O fato de ser tautológico implica que (B) quer que (A) entenda que a preocupação de (A) não resolve nada. Isso, entretanto, pode ser falso, desde que, por exemplo, (A) pudesse tomar alguma atitude, determinada por sua preocupação. Em outras palavras, *João pode ter viajado* é o dito e é verdadeiro. 'Não adianta mais nenhuma preocupação'

é o implicado e é falso, uma vez que (A) pode, a partir daí, tomar decisões que não tomaria se João não tivesse viajado.

As implicaturas conversacionais podem subdividir-se em implicaturas conversacionais generalizadas e em implicaturas conversacionais particularizadas. As primeiras não dependem de especificações de um contexto particular, como em: *Teresa deu presentes a um bebê ontem*. Independentemente do contexto, a frase implica que o bebê não é filho de Teresa. As implicaturas conversacionais particularizadas, por sua vez, exigem informações de um contexto específico para que possam ser calculadas, como em *Maria está tão triste agora*, que poderia implicar *Maria brigou com o namorado*, desde que o contexto particular fosse:

- a) Maria estava feliz;
- b) O namoro de Maria ia bem.

Antes de iniciar uma discussão a respeito de questões significativas sobre o modelo griceano, é preciso salientar que sua teoria, desde o surgimento, tem recebido a atenção dos melhores especialistas em Lingüística, Filosofia da Linguagem, Filosofia da Lógica, o que a torna digna do maior respeito teórico.

Apoiados no modelo griceano, Sperber e Wilson (1986/1995/2008) criaram a Teoria da Relevância, uma interface comunicativo-cognitiva que procura explicar como processamos os implícitos na comunicação cotidiana. Esses autores propõem novos esclarecimentos à questão griceana, dando prioridade à propriedade da relevância máxima, que estaria incutida no cérebro humano e seria a maior responsável pelo entendimento dos não ditos.

A Teoria da Relevância será tratada a seguir, de acordo com Silva (2003).

2.2 A TEORIA DA RELEVÂNCIA DE SPERBER E WILSON

Na década de 1980, o desenvolvimento da Pragmática abriu uma nova perspectiva para a abordagem do processo comunicacional. Partindo daí, Sperber

e Wilson desenvolvem a Teoria da Relevância, um modelo de comunicação que prioriza o modo como a mente humana funciona e processa informações. Em *Logic and conversation* (1975) um dos objetivos de Grice foi demonstrar que as conversas são basicamente esforços cooperativos, e que as pessoas seguem um princípio geral de cooperação quando se comunicam. Nesse caso, além de o falante proferir a sentença com a intenção de induzir o ouvinte a certa convicção ele pretende também que o ouvinte reconheça a intenção que subjaz o enunciado proferido.

Tendo como base o modelo inferencial de Grice, Sperber e Wilson desenvolvem uma teoria da comunicação particularmente voltada para a compreensão de enunciados, a Teoria da Relevância. O termo ‘relevância’ destacado pelos autores tem uma conotação teórica: “*Não definir-se-á relevância, pois esse termo não conta com uma definição apenas. Os teóricos o definem como melhor lhes convier.*” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 119). A relevância para Sperber e Wilson refere-se à relação de equilíbrio existente entre efeitos cognitivos e esforço de processamento, que explica como os indivíduos interpretam informações nos contextos comunicativos.

2.2.1 A DISTINÇÃO ENTRE A TEORIA INFERENCIAL GRICEANA E A TEORIA DA RELEVÂNCIA

De acordo com os estudos desenvolvidos por Grice (1975), que servem de base para a Teoria da Relevância, tudo o que não é explicitado num enunciado é uma implicatura. Grice (1957) destaca três tipos de implicaturas: as decodificadas, que são as Implicaturas Convencionais; as inferidas, que são as não convencionais; e as que se assemelham às da Teoria da Relevância, as Conversacionais. Sendo assim, é possível dizer que as Conversacionais de Grice são as implicaturas de Sperber e Wilson, e as Convencionais de Grice, as Explicaturas de Sperber e Wilson.

Para Sperber e Wilson (1995, p. 119) a impropriedade da distinção de Grice em relação à interpretação inferencial se dá por três razões: primeiramente porque o linguista não considera o enriquecimento da forma lógica como inferência em

nível explícito; em segundo lugar, porque Grice apenas expõe como se comunicam as atitudes proposicionais, sem considerar o explícito e o implícito alusivos a elas; e em terceiro porque não releva os graus e explicitude de um enunciado. Sobre à explicitude da comunicação os autores postulam: “*A comunicação explícita parece mais rica e mais inferencial, logo, mais válida de investigação pragmática.*” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 183).

Sperber e Wilson partem da concepção de comunicação de Grice, na qual o ouvinte calcula as intenções do falante por meio de inferências, acrescentam a essa concepção a parte cognitiva e a reinterpretem à luz da Teoria da Relevância. Cabe ressaltar, no entanto, que, embora a comunicação puramente inferencial exista, e o modelo inferencial é apto em si mesmo para dar conta de algumas formas de comunicação, a maioria das situações comunicativas implica a utilização de um código.

Sobre isso, Sperber e Wilson (1995, p. 27) afirmam: “*Acreditamos que a teoria inferencial mais estudada é empiricamente inadequada.*” Mesmo que houvesse a comunicação somente inferencial, haveria de existir um código, como um conjunto de convenções a ser compartilhado por todos que participam do processo comunicacional. Por isso, os autores defendem as modalidades de comunicação codificada/decodificada e a modalidade inferencial. Elas são complementares. A informação relevante num ato comunicativo pode não ser transmitida linguisticamente, ou tão somente linguisticamente.

Na concepção dos autores, a comunicação verbal propriamente dita ocorre quando se reconhece que o falante está dizendo algo a alguém. Entendendo que os seres humanos prestam atenção ao mais relevante fenômeno disponível o modelo de comunicação proposto pelos autores defende a existência de duas propriedades da comunicação humana: ser ostensiva, da parte do comunicador, e inferencial, da parte do ouvinte. Os fenômenos que estão no foco de atenção do ouvinte – via ostensão do estímulo enunciado – podem originar suposições e inferências no nível conceitual. Comunicar, por ostensão, assim, é produzir certo estímulo com o objetivo de tornar manifesto, tanto para o comunicador como para o ouvinte, que ele pretende tornar mutuamente manifesto um conjunto de suposições. Interpretar por inferência, por sua vez, é construir suposições com base na evidência provida pelo comportamento ostensivo do comunicador, já que este

processo comunicativo envolve operações interpretativas de caráter inferencial por parte do ouvinte.

Assim, a comunicação ostensivo-inferencial consiste em fazer manifesta nossa intenção de tornar manifesta uma determinada informação a um destinatário. A comunicação inferencial e a comunicação ostensiva fazem parte de um único processo, porém vistos de pontos de vistas diferentes: o do agente (falante) que efetua a ostensão e o do destinatário (ouvinte) que efetua a inferência.

Para Sperber e Wilson (1986/1995/2008), os conceitos são uma espécie de endereço ou de ‘etiqueta’ que ligam a informação que está sendo processada às informações de natureza lógica, enciclopédica e lexical. As informações de natureza lógica, constituídas por um conjunto finito, pequeno e constante de regras dedutivas que se aplicam às formas lógicas das quais são constituintes, são de caráter computacional. A entrada enciclopédica consiste nas informações sobre a extensão ou denotação do conceito – objetos, eventos e/ou propriedades que o instanciam; são de caráter representacional e variam ao longo do tempo e de indivíduo para indivíduo. E a entrada lexical consiste de informações lingüísticas sobre a contraparte em linguagem natural do conceito – informação sintática e fonológica, de caráter representacional.

Nessa perspectiva, as regras dedutivas são sensíveis aos conceitos, encarregados de acessar as informações de natureza lógica, enciclopédica e lexical que aparecem na proposição que está sendo processada no decorrer do ato comunicativo. Esses conceitos, estruturados em conjuntos, constituem as suposições que utilizamos na interpretação de enunciados. Sobre isso, os autores esclarecem:

Formas Lógicas, em particular as proposições, são compostas de constituintes menores, de regras dedutivas sensíveis. Uma proposição é um conjunto de conceitos. (SPERBER e WILSON, 1995, p. 85).

Assim, a construção do conteúdo de um enunciado envolve habilidade para não só identificar as palavras que o constituem, como também para recuperar os conceitos a elas associados e aplicar as regras dedutivas às suas entradas lógicas.

No processo interpretativo, segundo a Teoria da Relevância, a mente passa por um mecanismo dedutivo para dele derivar conclusões implicadas, quando da efetivação do modelo ostensivo-inferencial. Considerando as particularidades

cognitivas da compreensão humana, esse mecanismo hipotetizado pelos autores para elucidar as habilidades inferenciais espontâneas, explica os componentes lógico-cognitivos que constituem a base da natureza essencialmente inferencial da comunicação humana.

Nesse mecanismo dedutivo o processo de compreensão é não demonstrativo, uma vez que não pode ser provado, apenas confirmado. E as inferências seguem um cálculo não trivial:

A verdade das premissas torna a verdade das conclusões apenas provável, através de um processo de formação de hipóteses – que supõe raciocínio criativo, analógico e associativo – e de confirmação de hipóteses – que se ajusta ao conhecimento de mundo do indivíduo e às evidências disponíveis a ele. (SILVEIRA; FELTES, 1999, p. 34).

Porém, o mecanismo dedutivo utilizado na comunicação humana não é um sistema lógico, no sentido da Lógica pura. Ele é, na verdade, computacional, limitado em suas operações não somente pelas regras dedutivas que aplica, exclusivamente interpretativas, mas também pelo modo como as aplica.

Vê-se como se dá a aplicabilidade dessas regras dedutivas: durante o processo comunicativo, algumas suposições se tornam mais ou menos manifestas para falante e ouvinte – obviamente, nem sempre as mesmas para um e outro. Esse conjunto de suposições, embora apenas mentalmente representado, fornece as informações necessárias para a comunicação, que são as informações contextuais.

No processo comunicativo, o processamento dedutivo de informação toma como input² o conjunto de suposições acessível ao ouvinte (informações contextuais) e sistematicamente dele deduz todas as conclusões possíveis. Isso porque cada suposição é formada por conceitos – pequenos constituintes sensíveis às regras dedutivas, – que têm a capacidade de acessar informações de natureza lógica, enciclopédica e lexical armazenadas na mente. No momento, então, em que um conjunto de suposições é colocado na memória de um dispositivo dedutivo, todas as regras dedutivas acopladas à entrada lógica (referentes a ele) são acessadas.

² Esta palavra é utilizada com o sentido de processamento de informação. Fodor (1983).

A conclusão por dedução acontece por dois motivos. Em primeiro lugar porque este mecanismo é equipado por um conjunto finito, pequeno e constante de regras dedutivas que se aplica às formas lógicas das quais são constituintes. E, em segundo lugar porque este mecanismo permite derivar conclusões advindas de premissas construídas no curso do processamento, e não necessariamente premissas pré-fixadas.

As regras dedutivas pertencem a duas classes formalmente distintas, chamadas de analíticas e sintéticas. Uma regra analítica toma como input uma só suposição de uma coordenada, por exemplo, a eliminação do 'e'. Uma regra sintética toma como input duas suposições separadas, por exemplo, a regra da Lógica Clássica modus ponens que toma uma suposição condicional e seu antecedente como inputs.

Sobre a implicação analítica os autores dizem: "Um conjunto de suposições P analiticamente implica uma suposição Q se e somente se Q é uma das teses finais em uma dedução em que as teses iniciais são P, e em que somente regras analíticas foram aplicadas." (SPERBER; WILSON, 1999, p. 104).

A propriedade dessas implicações é reflexiva, de tal forma que cada uma delas implica a si mesma. Assim, qualquer conclusão obtida de um conjunto inicial de suposições por derivação no qual apenas regras analíticas são usadas é dito analiticamente implicado por aquele conjunto de suposições. Assim, toda implicação que não é analítica será sintética.

Sobre a sintética os autores dizem: "Um conjunto de suposições P sinteticamente implica uma suposição Q se e somente se Q é uma das teses finais em uma dedução em que as teses iniciais são P, e Q não é uma implicação analítica de P." (SPERBER; WILSON, 1999, p. 104).

Na prática isso significa que uma implicação sintética é o resultado da derivação de pelo menos uma regra sintética. Assim, Dan Sperber e Deirdre Wilson (1986) defendem a existência apenas de regras de eliminação do tipo modus ponens e eliminação do 'e'. Elas produzem conclusões não triviais que esclarecem como se dá o processo de transição das premissas às conclusões.

Modus Ponens:	$P \rightarrow Q$
(forma lógica stricto sensu)	\underline{P}
	Q

Sendo assim, dada uma relação de implicação entre duas proposições, quando a primeira é afirmada P, segue-se necessariamente a segunda Q. A regra de eliminação da implicação, modus ponens, toma como input o conjunto de premissas formado por P e Q e como output³ o conseqüente do condicional $P \rightarrow Q$, ou seja, Q, o qual faz parte do conjunto de premissas iniciais. Vê-se em (10) a simbolização em linguagem natural do modus ponens:

10) Se João não se importa com o frio, ele é igual ao pai.

	$P \rightarrow Q$ (input)
João não se importa com o frio.	\underline{P}
João é igual ao pai.	Q (output)

Nesse caso, dada uma relação de implicação entre as proposições *João não se importa com o frio* e *ele é igual ao pai*, quando a primeira é afirmada, segue-se necessariamente a segunda. Assim, conhecendo o pai de João, e o fato de que ele não se importa com o frio, e vendo que João comporta-se da mesma maneira, é possível concluir que João é igual ao pai por meio da regra dedutiva modus ponens.

Passa-se a apresentação da eliminação do 'e', a partir da regra:

Input: P e Q
Output: P

Eliminando-se a conjunção 'e', que liga as duas proposições coordenadas, cada uma das proposições isoladamente é verdadeira. Assim em:

³ Output é a saída de algum tipo de informação/conhecimento e o inverso de input. Costa (2009).

11) João é igual ao pai e não se importa com o frio.

João é igual ao pai.

A partir da regra de eliminação, ambas as suposições, mesmo separadas, consistem em verdades. Para os autores, uma vez que as regras de eliminação apresentam caráter interpretativo, a mente se utiliza delas na compreensão dos atos comunicativos. O conteúdo das premissas, então, submetido a essas regras, é analisado e explicado num cálculo dedutivo, indo além das propriedades puramente formais das suposições.

Sabendo-se que o processo comunicativo ostensivo-inferencial é permeado por determinadas regras, como afirma o Princípio de Cooperação griceano que serve de base para o estudo de Sperber e Wilson (1986/1995/2008) em questão, passa-se agora a caracterização do princípio fundamental da Teoria da Relevância, o Princípio da Relevância, importante para os estudos pragmáticos e também de outras áreas.

2.2.2 PRINCÍPIO DA RELEVÂNCIA

Para compreender o Princípio da Relevância, além de saber que o mesmo está ancorado no Princípio de Cooperação proposto por Grice, é necessário compreender o conceito de 'relevância' determinado por Sperber e Wilson. De acordo com os autores a relevância consiste na relação entre uma suposição e um contexto. É considerado um critério de consistência que permite escolher a suposição apropriada para uma interpretação adequada. Nesse contexto uma informação é relevante para o ouvinte na medida em que ela se combina com as suposições que este tem sobre o mundo, resultando numa nova suposição. Porém, para que haja relevância, dois fatores se constituem essenciais segundo Sperber e Wilson: O efeito e o esforço de processamento.

- a) uma suposição é relevante em um contexto na medida em que seus efeitos contextuais neste contexto sejam grandes;
- b) uma suposição é relevante num contexto na medida em que o esforço requerido para seu processamento neste contexto seja pequeno. (SPERBER; WILSON, 1999, p. 104).

Essa definição implica a condição necessária e suficiente para que uma suposição seja relevante num contexto e tenha algum efeito contextual. De uma maneira geral, no processo interpretativo de mensagens, a mente opera de modo produtivo ou econômico, no sentido de alcançar o máximo de efeitos com um mínimo de esforço. Nesse caso, para um ato comunicativo ter êxito, é necessário que atraia a atenção do ouvinte. Cabe ao emissor ostensivo, portanto, comunicar ao ouvinte que o estímulo que está utilizando é relevante para este, é a presunção da relevância ótima. Assim, vejamos:

- (a) o conjunto de suposições (I), que o comunicador pretende tornar manifesto ao destinatário, é relevante o suficiente para merecer que o destinatário processe o estímulo ostensivo;
- (b) o estímulo ostensivo é o mais relevante que o comunicador poderia ter usado para comunicar (I).

Partindo daí, os autores formulam o princípio da relevância, segundo o qual, todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima.

Desse Princípio podemos deduzir que:

- a) ele se aplica a todas as formas de comunicação;
- b) os indivíduos cujo ambiente cognitivo o comunicador está tentando modificar são os destinatários do ato da comunicação;
- c) ele não garante que a comunicação, apesar de tudo, seja sempre bem-sucedida.

Em outras palavras, o princípio da relevância se fundamenta na seguinte idéia: o emissor dirige ao receptor uma informação ostensiva e rica em efeitos contextuais a ponto de ela merecer a atenção deste receptor. Tal informação, segundo Silveira e Feltes (1999, p. 53), cria a presunção de que o emissor tentou alcançar efeitos contextuais adequados, “sem impor ao ouvinte um esforço injustificável para alcançá-los em sua tentativa de identificar a intenção do falante por trás da ostensão”. Assim, o ato comunicativo é otimamente relevante.

Em suma, o modelo proposto por Sperber e Wilson, defende a existência de duas propriedades da comunicação humana. Em primeiro lugar, deve haver uma

ostensão por parte do comunicador e uma inferência por parte do ouvinte. Em segundo lugar, a intenção de alcançar efeitos cognitivos baseia-se numa relação entre efeitos contextuais e esforço de processamento implicando, assim, diferentes graus de relevância.

Baseado no Princípio da Relevância, o modelo de comunicação por ostensão proposto por Sperber e Wilson é um modelo essencialmente inferencial e estritamente ligado à Ciência Cognitiva. Partindo do pressuposto de que o processo comunicativo apóia-se na cognição humana, os autores defendem duas hipóteses gerais sobre o processo de compreensão inferencial. Primeiramente, descrevem esse processo como não demonstrativo, uma vez que, sob as melhores circunstâncias, a comunicação pode falhar: o ouvinte pode não decodificar ou não deduzir a intenção comunicativa do falante. O ouvinte pode, entretanto, construir uma suposição com base na evidência provida pelo comportamento ostensivo do comunicador, e esta suposição, por sua vez, pode ser confirmada, mas não provada.

A segunda hipótese geral sobre o processo de compreensão inferencial refere-se ao fato de ela ser central, em vez de local. Nessa concepção, os autores utilizam-se do pressuposto teórico de Fodor (1983), que postula que, enquanto os processos locais – inputs perceptuais ou periféricos – são livres de contexto e sensíveis apenas à informação contextual de algum domínio específico, os globais têm acesso livre a toda informação conceitual armazenada na memória. Nesse caso, no processo de compreensão inferencial, qualquer informação conceitualmente representada disponível para o ouvinte pode ser usada como uma premissa para obtenção de conclusão. É o que ocorre nos processos dedutivos. Eles têm livre acesso à informação contextual, ou seja, não partem somente de premissas fixadas.

A mente, numa concepção fodoriana, é descrita como sistema modular que envolve sistemas de input porque funciona no sentido de enviar informação aos processos centrais. E cabe aos processos centrais, por sua vez, integrar entre si essas informações advindas dos diferentes módulos. Tanto os sistemas de inputs como os sistemas centrais são computacionais porque realizam operações de inferência.

Enfim, a Teoria da Relevância leva em conta a existência necessária de um processamento central de pensamentos. Enquanto estudos são realizados particularmente no nível dos sistemas de percepção, muito pouco é conhecido sobre os processos de pensamento denominados centrais. Os fundamentos teóricos dos estudos de Sperber e Wilson evidenciam uma forte relação entre Lógica e Cognição no tratamento das inferências não demonstrativas, por meio dos mecanismos formais e cognitivos.

Um ponto importante da Teoria da Relevância é a ostensão, inserida na intenção informativa e na intenção comunicativa. Os autores consideram a intenção um estado psicológico que traz consigo conteúdos mentalmente representados. Nessa perspectiva, o ato comunicativo implica duas intenções por parte do falante - a informativa e a comunicativa – cujas pretensões consistem em informar o ouvinte de algo (intenção informativa); e informar o ouvinte sobre a intenção informativa do falante (intenção comunicativa).

A partir disso, é possível dizer que a intenção comunicativa é em si mesma é uma intenção informativa de segunda ordem: para que esta seja satisfeita, é preciso que aquela seja reconhecida. Embora se tenha de reconhecer que uma intenção comunicativa pode ser satisfeita sem que a correspondente intenção informativa o seja. (SILVEIRA; FELTES, 1999, p. 111).

Em outros termos, a satisfação da intenção comunicativa do falante consiste:

- (a) na intenção informativa: tornar manifesto (ou mais manifesto) para o ouvinte um conjunto de suposições;
- (b) na intenção comunicativa: tornar mutuamente manifesta ao ouvinte e ao emissor que o emissor tem esta intenção comunicativa.

A intenção informativa é manifesta por intermédio de um estímulo ostensivo. Uma suposição entre aquelas que o falante torna manifestas é a suposição de que o estímulo merece ser processado, merece atenção do ouvinte. Quando o ouvinte percebe o estímulo, ele o percebe com essa garantia de merecer atenção, ou seja, com a garantia de que ele é relevante.

Sendo a verdadeira intenção comunicativa a intenção de ter uma intenção informativa reconhecida, os autores sugerem o seguinte critério para chegar às

hipóteses sobre a intenção do comunicador: os seres humanos prestam atenção ao mais relevante fenômeno disponível.

O ambiente cognitivo está relacionado ao efeito contextual. Durante o processo comunicativo, algumas suposições se tornam mais ou menos manifestas para falante e ouvinte. Esse conjunto de suposições manifestas em graus diversos constitui o que os autores chamam de ambiente cognitivo. Embora esse ambiente cognitivo seja um conjunto de suposições mentalmente representado e considerado verdadeiro, ele fornece a informação necessária para a comunicação. Num ato comunicativo, o que se visa é à alteração dos ambientes cognitivos dos interlocutores (acréscimo de informação, por exemplo).

O efeito contextual consiste no tipo de resultado que um estímulo recentemente recebido tem de produzir, já interagindo com algumas das suposições pré-existentes no sistema cognitivo, para poder ser considerado relevante para o sistema. Nesse sentido, as relações de relevância, por meio de inferências, modificam e aperfeiçoam o conjunto de representações do mundo armazenado na memória dos indivíduos. Esse processo, além de evitar um acúmulo dispendioso de informações para o raciocínio, proporciona o efeito contextual, que consiste na alteração de crenças do indivíduo, base do processo comunicativo.

Uma informação só será relevante para o ouvinte nos seguintes casos: se houver uma combinação dela com as suposições que o ouvinte já tem sobre o mundo, e dessa combinação resultar uma nova suposição; ou se essa informação nova der mais evidência a uma já existente; ou ainda se essa informação contradisser uma já existente, resultando, nesse caso, na eliminação da mais fraca.

Em outras palavras, uma suposição só será relevante se houver efeitos contextuais, que podem ocorrer por meio de implicação contextual, do fortalecimento (ou enfraquecimento) de suposições e da eliminação de suposições contraditórias.

- Implicação contextual: consiste no resultado de informações resultantes (derivadas) da combinação de informações velhas C (já existentes) com as informações novas P (o que chamar-se-á de P em C).

- Fortalecimento ou enfraquecimento de suposições: nesse caso, os efeitos contextuais são resultantes não das suposições obtidas necessariamente de uma suposição nova derivada e podem apenas reforçar (ou enfraquecer) uma informação já existente.
- Eliminação de suposições contraditórias: entre duas suposições contraditórias, a mais fraca, ou seja, aquela para a qual se tem menos evidência, é eliminada.

De acordo com Sperber e Wilson (1995), os seres humanos são capazes de incorporar suposições, e também pensar sobre elas e sobre outras representações, através da linguagem do pensamento. E essa representação geral do mundo é um estoque de suposições factuais, umas básicas (a própria crença enquanto possibilidade de acreditar antes de acreditar), outras expressando atitudes encaixadas em representações proposicionais ('eu acredito no fato') ou não proposicionais ('acredito que P').

Para os autores, a memória dispõe de um armazenamento básico de informações mentalmente representadas tratadas pela mente como uma descrição verdadeira do mundo real, que pode ser mantida como uma suposição, embora não explicitamente expressa. Estas suposições, incorporadas pela mente de várias maneiras, são chamadas de suposições factuais. Nessa perspectiva, elas têm por objetivo o seguinte:

“[...] Cada recém-adquirido pressuposto factual é combinado com um acervo de alguns pressupostos a passar por processos de inferência, cujo objetivo é o de modificar e melhorar a representação global do indivíduo no mundo.” (SPERBER e WILSON, 1995, p. 74).

Assim, a depender da força da informação, relacionada às evidências disponíveis aos indivíduos, a mente internaliza os fatos como verdades, ou como supostamente verdadeiros. Nesse contexto, quanto mais se processa uma representação, mais acessível ela fica. Por conseguinte, quanto maior a quantidade de processamento implicada na formação de uma suposição e, posteriormente, mais vezes se tenha acessado, maior a sua acessibilidade. A força inicial de uma suposição pode depender da forma como esta foi adquirida.

No entanto, os autores ressaltam que essas variações na força das suposições não são nem objeto nem produto de um cômputo lógico especial; antes, são consideradas subprodutos de vários processos cognitivos - dedutivos e não dedutivos. As suposições podem ser obtidas de maneiras diversas, que podem aparecer imbricadas. São elas:

- a) por input perceptual;
- b) por input lingüístico;
- c) pela ativação de suposições estocadas na memória, ou esquemas de suposições;
- d) por deduções, que derivam suposições adicionais.

A seguir, serão descritas cada uma das quatro formas de obtenção de suposições.

Destaca-se que as suposições embasadas por input lingüístico (decodificação lingüística) apresentam uma força equivalente à confiança que se tem no locutor. Se o receptor ouve e vê (simultaneamente) um determinado emissor informar algo, o grau de força dessa informação será bem maior do que se ele apenas tivesse ouvido ou mesmo apenas visto esse emissor informar isso.

A ativação de suposição a partir de suposições estocadas na memória (conhecimento enciclopédico e outros) ou de esquemas de suposições, que podem ser completados com informação contextual, constitui uma forma pela qual uma suposição pode ser fortalecida (ou enfraquecida). Os autores defendem a probabilidade de a memória conter esquemas de suposição que podem completar-se para produzir formas proposicionais no formato exato de suposições que possam entrar na categoria das factuais. A memória, nesse caso, consiste num enorme repertório de suposições prontas a serem acessadas por um estímulo ostensivo.

O processo dedutivo constitui a última fonte de fortalecimento de suposições. A força dessa suposição vai depender da força das premissas que darão origem a uma conclusão por dedução e talvez a uma conclusão adicional.

Na proposta de Sperber e Wilson, o contexto está intrinsecamente relacionado com os ambientes cognitivos. Diferentemente da hipótese de que é

uma pré-condição para a compreensão, o contexto vai sendo construído no curso do processo comunicacional. Constitui-se, então, como o conjunto de premissas – informações mentalmente representadas – utilizado na interpretação de enunciados. Essa concepção não é compatível com os modelos fundamentados no código e com a hipótese do conhecimento mútuo na qual o contexto é uma pré-condição para a compreensão. A idéia de um contexto dado é rejeitada por Sperber e Wilson, sobretudo pela inviabilidade psicológica de pressupor a certeza de conhecimentos compartilhados entre falante e ouvinte para o êxito da comunicação. O contexto, então, é, em essência, um subconjunto de suposições do ouvinte sobre o mundo adquirido no decorrer da vida e renovado a cada processamento de informação. Ele afeta, e mesmo determina, a sua compreensão do mundo. Essas suposições mentalmente representadas interagem com a informação recentemente encontrada no ambiente cognitivo e dá origem a mudanças de crenças e comportamentos. O contexto, então, pode incluir informação por intermédio do ambiente físico, das suposições armazenadas na memória de curto prazo do ouvinte e das suposições armazenadas na enciclopédia mental. Daí supor que o contexto não é todo dado de antemão, antes vai se renovando no processo comunicativo. Os autores defendem a condição de ambientes cognitivos mutuamente manifestos, em vez do conhecimento mútuo no processo comunicativo. O conhecimento mútuo implica uma certeza relativa à mutualidade de conhecimento entre os falantes, especificamente sobre suposições contextuais envolvidas na enunciação. E como esta certeza não pode ser garantida, a hipótese desta manifestabilidade mútua não pode ser sustentada. Um esquema para possíveis checagens dessas informações seria este:

- (i) F sabe que P
- (ii) O sabe que P
- (iii) F sabe que (ii)
- (iv) O sabe que (i)
- (v) F sabe que (iv)
- (vi) O sabe que (iii) e assim indefinidamente.

Como já dito, mesmo tendo atuantes tantos processos na mente humana, pode haver falha na comunicação:

A interpretação do comportamento comunicativo, como a interpretação da evidência, em geral, está sempre sujeita a risco, uma vez que há sempre formas alternativas de interpretar um ato comunicativo de evidência, mesmo quando todos os procedimentos corretos para a interpretação são aplicados. Mesmo a melhor hipótese selecionada pode não ser a correta, isto é, a pretendida pelo comunicador, e a comunicação pode falhar. (SILVEIRA, 1997, p. 133).

Sobre a não apreensão da hipótese pretendida pelo falante, Sperber e Wilson dizem: “Nessa abordagem, falhas na comunicação são esperadas. O que é misterioso e requer explicação é a obtenção de sucesso.” (SPERBER; WILSON 1995, p. 45).

Segundo os autores, duas pessoas podem compartilhar as mesmas informações, mas, a partir delas, fazerem suposições diferentes. A manifestabilidade mútua constitui-se numa abordagem mais plausível ao defender que esses falantes são capazes de inferir as mesmas suposições, mas não necessariamente têm a obrigação de fazer isso. Nesse caso, embora a condição da manifestabilidade mútua seja mais plausível com atos comunicativos que ocorrem na comunicação diária, é forte para explicar não apenas o sucesso da comunicação, mas também as freqüentes falhas comunicacionais. Os autores reconhecem o fato de a comunicação envolver indeterminâncias e poder falhar, como ocorre no dia a dia.

A aplicabilidade de um conhecimento mútuo na interpretação, mesmo por meio de esquemas de checagens, revela algumas restrições, quais sejam:

- a) primeiro: tomaria um tempo que excederia a rapidez efetiva dos processos de produção e compreensão de um enunciado;
- b) segundo: não daria garantias de que a comunicação seria bem-sucedida;
- c) terceiro: o fato de duas pessoas olharem para a mesma coisa e poderem identificá-la de modos diferentes e não reconhecer ou compreender os mesmos fatos; e, por último, embora possível definir os contextos potenciais restringidos pelo conhecimento mútuo, restaria ainda a incógnita sobre como o contexto real é selecionado ou atualizado.

Tendo visto alguns dos processos inferências utilizados no ato comunicativo, de acordo com Sperber e Wilson (1995), a importância do conceito de ostensão para a Teoria da Relevância e a noção de relevância, bem como o Princípio da

Relevância desenvolvido pelos autores, é importante atentar para algo já dito anteriormente: Grice (1975) afirma que tudo o que não é explicitado é implicado. Esse autor distingue três tipos de implicaturas. As implicaturas conversacionais griceanas são aquilo que Sperber e Wilson consideram Implicaturas, logo, as Implicaturas Convencionais propostas por Grice são, para os autores da Teoria da Relevância, Explicaturas.

Passa-se agora a verificação do conceito de Explicatura desenvolvido por Sperber e Wilson, baseado em Grice, que traz consigo a questão do limite existente entre a Semântica e a Pragmática, o que divide a opinião de lingüistas e demais estudiosos do assunto e é importante de acordo com a análise em questão.

2.2.3 O CONCEITO DE EXPLICATURA SEGUNDO SPERBER E WILSON

Partindo do termo griceano Implicatura, Sperber, Wilson e Carston (1988) chegam a um nível pragmático da comunicação humana, que se situa entre a decodificação lingüística e a implicação contextual: a Explicatura. Em outras palavras, entre os dois pólos – dito e implicado – ocorre um nível intermediário, o de conteúdo explícito.

Enquanto a Implicatura é uma suposição implicitamente comunicada, a Explicatura é uma suposição explicitamente comunicada. É no nível da explicatura, portanto, que as operações pragmáticas, envolvendo atribuição de referência, desambiguação, resolução de indeterminâncias, interpretação de linguagem metafórica, enriquecimentos devido a elipses, entre outras, concentram-se e são recuperadas por inferência.

Ao ouvinte cabe recuperar essas operações pragmáticas, que estão no nível da explicatura, de três modos: do contexto, da forma proposicional do enunciado e da atitude proposicional expressa pelo falante. Sabendo-se, pois, que o contexto vai sendo construído no curso do processo comunicativo, e que a forma proposicional é sintaticamente bem formada e semanticamente completa, resta, então, definir a que se referem os autores ao citar a atitude proposicional do falante.

De acordo com Sperber e Wilson (1995), além de os enunciados expressarem uma forma proposicional explícita, eles a expressam de um modo lingüisticamente determinado. A esse modo lingüisticamente determinado de expressar alguma coisa os autores denominam atitude proposicional, como 'dizer', 'perguntar', e outras. Por exemplo, o ouvinte inferirá que o enunciado se trata apenas de uma enunciação, se este apresentar uma entonação descendente. No entanto, se essa entonação apresentar um perfil ascendente, o ouvinte inferirá que se trata de um enunciado interrogativo. Assim, embora o modo de dizer algo esteja codificado lingüisticamente, da mesma maneira que a forma lógica do enunciado determina parcialmente a forma proposicional expressada, o modo determina parcialmente a atitude proposicional expressada. Cabe ao ouvinte, portanto, identificar esta atitude proposicional. Nesse caso, a tarefa de um ouvinte é complexa: além de identificar um conjunto de intenções informativas do falante, usando como premissas uma descrição do comportamento do falante, da atitude proposicional junto com informação contextual, ele tem de designar uma forma proposicional única ao enunciado (selecionando uma entre as representações semânticas designadas pela pragmática), designar um referente para cada expressão referencial e especificar a contribuição de termos vagos. No caso da ambigüidade, o ouvinte possivelmente terá de construir um conjunto de formas lógicas a fim de conferir a que melhor se ajusta ao enunciado.

Como já foi demonstrado no curso deste trabalho, uma implicatura é uma suposição contextual ou implicação contextual que o falante, pretendendo que seu enunciado seja manifestamente relevante, pretende torná-la manifesta ao ouvinte. Ou seja, a implicatura é toda suposição comunicada, mas não de forma explícita. A implicatura é recuperada por referência às expectativas manifestas do falante sobre como seu enunciado deveria atingir relevância ótima. Nesse caso, quando não existe expectativa de relevância manifesta por parte do falante, o enunciado não produz implicaturas. Os autores fazem uma distinção entre premissa implicada e conclusão implicada.

Enquanto as premissas são reconhecidas como implicaturas porque são manifestamente mais facilmente acessíveis, e levam a uma interpretação consistente com o Princípio da Relevância, as conclusões implicadas são deduzidas das explicaturas do enunciado e do contexto. O falante, provavelmente,

tem a intenção de que o ouvinte derive as implicaturas, ou algumas delas, uma vez que ostenta seu enunciado para que seja manifestamente relevante para o ouvinte. Premissas e conclusões implicadas, portanto, são identificáveis como parte da primeira interpretação inferível consistente com o Princípio da Relevância.

Um ato de comunicação apenas torna manifesto quais as suposições que o falante intencionou tornar manifestas, não faz o ouvinte, necessariamente, trazer à mente todas as suposições comunicadas. As implicaturas vão sendo simplesmente manifestas no decorrer do ato comunicativo. No entanto, enquanto algumas são fortemente manifestas, a ponto de o ouvinte não conseguir evitar recuperá-las, outras se tornam manifestas de maneira mais fraca. Nesse caso, é suficiente que o ouvinte preste atenção a algumas destas implicaturas para que a relevância da interpretação pretendida torne-se manifesta. Assim, as eventuais premissas e conclusões implicadas, consideradas implicaturas de um enunciado, não intencionalmente tornadas manifestas pelo falante, não são consideradas implicaturas desse enunciado. Nesse caso, segundo os autores, elas não são de responsabilidade do falante, mas sim do ouvinte. É difícil, entretanto, o caso de o falante não ter sequer imaginado tornar outras premissas e conclusões manifestas, isto é, que elas sejam de total responsabilidade do ouvinte. Estas implicaturas são fracamente manifestas. Dessa forma, não há uma distinção clara entre inferências totalmente determinadas ou especificamente intencionadas e inferências indeterminadas ou não intencionadas. O que existe é uma variação da força das implicaturas e suposições em geral.

Como visto até agora, Sperber e Wilson tratam de inferências, tendo em vista que para os autores a comunicação é ostensiva-inferencial, assim como Grice, com o Princípio de Cooperação inserido na comunicação.

As inferências, portanto, estão presentes na comunicação, e, sendo assim, no diálogo. Dentro do diálogo as inferências podem ser semântico/pragmáticas, interfaceando, dessa forma, Linguística, Comunicação e Cognição, pois a realização de uma inferência semântico/pragmática é um ato linguístico-cognitivo e a relação inferencial custo/benefício está enraizada na comunicação humana, como será visto mais a frente.

A tese de Sperber e Wilson (1995) de que os indivíduos buscam, de forma consciente ou não, processar a informação do modo mais eficiente possível, já que

isso constitui um fator crucial da interação humana, não explica, contudo, todos os procedimentos do cotidiano.

Passa-se agora a avaliação de Costa (2008/2009) sobre a Teoria da Relevância e a descrição e ponderação desse autor sobre a Teoria das Implicaturas Conversacionais de Levinson (2000).

2.3 SPERBER E WILSON E LEVINSON SOB A ÓTICA DE COSTA

Costa (2008), em seu texto intitulado *Comunicação e Inferência em Linguagem Natural*, salienta problemas cruciais para o projeto teórico de Sperber e Wilson (1986/1995/2008), identifica problemas e contra explicações para a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson (2000) e esboça uma proposta teórica alternativa que descreva e explique fenômenos construídos na perspectiva da elucidação das teorias de Sperber e Wilson e de Levinson.

Costa (2008) afirma inicialmente que as investigações lógico-lingüístico-filosóficas sobre a natureza do significado em Linguagem Natural têm produzido um grande número de debates. Mais recentemente, com o encaixamento da Semântica e da Pragmática no interior das Ciências Cognitivas, o processo inferencial de captura extra literal passou a merecer uma especial atenção de especialistas como Sperber e Wilson e Levinson, que podem ser identificados como pontos de referência para o debate sobre questões que ainda resistem ao tempo e recuperam traços do passado construído pelo confronto entre os filósofos da Lógica e os filósofos da mente.

2.3.1 PROBLEMAS DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

De acordo com a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson a cognição humana é orientada por uma tendência de otimizar o ato comunicativo, o que se expressa, fundamentalmente, na tentativa de oferecer/retirar o máximo de efeito contextual com um mínimo de esforço de processamento. Para descrever/explicar o objeto 'comunicação', assim construído, Sperber e Wilson organizam um modelo de

comportamento racional complexo, constituído de uma base inferencial não trivial, que dirige e complementa um sistema de códigos sustentado pelo conhecimento mútuo entre os interlocutores. Dada a Teoria da Relevância, o ato de comunicação ostensiva vem carregado por uma presunção de relevância ótima, como um resultado de uma vocação natural para a ciência cognitiva, e isso permite aos participantes do processo coordenarem suas inferências de modo a interagirem 44 uma forma racional de compreensão.

Para Costa (2008), o que se segue a isso é um conjunto de problemas, por hipótese, cruciais para a Teoria da Relevância e dramáticos para a sua pretensão de corresponder, ao mesmo tempo, às exigências de uma teoria rigorosa e à intuição do que seja a comunicação humana em geral. Ainda que a noção de relevância seja proposta como um conceito técnico cuja conexão com o uso rotineiro é apenas de motivação intuitiva; ainda que se entenda tal uso técnico como de natureza qualitativa, comparativa – e não formal estatística ou probabilística; ainda que se entenda o conceito de relevância como uma propriedade de graus de relação entre custo e benefício, noções de uso familiar em diversas áreas, ainda assim considere-se a gravidade de cada um dos tais componentes absorverem diversos conceitos próximos, mas não idênticos e, além disso, indecidíveis porque inescapavelmente vagos.

Segundo Costa (op. cit.), ainda que a Teoria da Relevância (TR) se refira apenas à comunicação humana ostensivo-inferencial, como ela poderia reagir à determinadas contra exemplificações, como, por que as pessoas, ao contrário do que supõe a TR, conversam diariamente, durante anos, trivialidades, repetindo milhares de vezes as mesmas observações, os mesmos conselhos, as mesmas advertências, os mesmos comentários sobre o seu país, os seus problemas? Por que as pessoas se cumprimentam diariamente, se é praticamente só custo, dado que o benefício informativo é praticamente nulo, no sentido de absolutamente previsível? Por que muitas pessoas se encontram justamente para conversar sobre amenidades, onde a questão é zero stress, muita comunicação e praticamente nada de relevante? O custo comunicacional é alto e o efeito contextual mínimo, por hipótese. Nesse caso, o paradoxo final para a TR: se conversa fiada é não relevante, é relevante; se é relevante, é não relevante. Costa (2008) acaba por concluir: ou a Teoria da Relevância explica isso, ou se desequilibra, apresentando

um alto custo, no sentido da complexidade conceitual, para benefícios suspeitos, já que não mais poderia sustentar os dois princípios da Relevância⁴, passando a ser uma teoria da comunicação provavelmente pouco relevante.

Sobre a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (TICG) de Levinson (2000), Costa afirma que o mesmo a apresenta como uma abordagem do significado em Linguagem Natural dedicada aos aspectos pragmáticos do enunciado, mais precisamente, a um tipo de inferência cunhada por Grice (1967) como ‘implicatura conversacional generalizada’.

A Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson será descrita abaixo de acordo com Costa (2008) e seu texto “Comunicação e Inferência em Linguagem Natural”.

2.3.2 TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS

Levinson (2000) afirma que tem havido, na tradição da interface semântico/pragmática, uma radical e imprópria dicotimização entre o significado da sentença (sentence type-meaning) e o significado do enunciado (utterance tokenmeaning), que perde de vista o que ele considera crucial para o entendimento do tópico, a então chamada Interpretação Preferencial. Não estando exatamente ao nível do convencional semântico nem da ocorrência específica pragmática, Levinson identifica a existência de um nível intermediário decisivo para suas considerações, que denomina de significado do enunciado tipo (utterance type-meaning). Tal nível de significação, no caso, não representa o objeto da Pragmática mais típica, o enunciado-ocorrência (utterancetoken), em sua dependência de contexto particular, mas, antes, é o resultado de uma certa generalização no uso da linguagem, uma espécie de interpretação padrão que caracteriza uma instância pragmática mais fortemente relacionada à Semântica.

Levinson começa a arquitetura conceitual de sua teoria construindo três heurísticas que apresenta como suficientes para a sustentação descritiva das

⁴ a) Princípio Cognitivo da Relevância: a cognição humana é dirigida para a maximização da informação. b) Princípio Comunicativo da Relevância: cada estímulo ostensivo-inferencial carrega consigo a presunção da relevância ótima. Sperber & Wilson (1986/1995/2008).

implicaturas conversacionais generalizadas. De acordo com a primeira heurística 'o que não é dito, não é'. A segunda heurística afirma que 'o que é simplesmente descrito é estereotipamente exemplificado' e a terceira heurística diz que 'o que é dito de maneira anormal, não é normal'. As duas primeiras próximas das máximas de quantidade e a última da máxima de modo de acordo com a formulação griceana.

Um exemplo ilustra o insight básico de Levinson:

A: João parou a moto.

B: João fez com que a moto parasse.

- (A), de acordo com a segunda heurística, implica conversacionalmente que João parou a moto pelo uso do freio.
- (B), pela terceira heurística, implica conversacionalmente que ele parou a moto por outro processo.

Levinson ainda examina uma possível relação entre as três heurísticas na direção de conseguir descrever e explicar potenciais inconsistências no processo inferencial, bem como na perspectiva de predições mais ricas. Nesse sentido, inferências relacionadas à primeira heurística são prioritárias, impondo-se sobre inconsistentes outros de qualquer tipo e inferências relacionadas à segunda heurística se impõem sobre as da forma que estão de acordo com a terceira heurística. Isso está relacionado ao fato de que as duas primeiras são inferências essencialmente negativas em oposição à terceira.

Dentro deste quadro teórico, Levinson acredita ter identificado um fenômeno lingüístico com muito mais generalidade, provavelmente, do que Grice pressupusera, e atribui a ele a possibilidade de reforçar a idéia de uma nova formulação de relações entre a Semântica e a Pragmática. O argumento de Levinson está assentado, fundamentalmente, no fato da Implicatura Conversacional Generalizada (ICG): ser uma espécie de inferência não monotônica, porque é cancelável; ser uma inferência pragmática de natureza especial na fronteira com a

Semântica; estar localizada como uma condição pragmática na constituição das condições de verdade da Semântica; estar situada como uma inferência pragmática pré-semântica, alterando-se a forma tradicional da interface em que o output da Semântica é o input da Pragmática.

Segundo Costa (op. cit.), após esboçar a proposta de Levinson, cabe problematizar o cenário em que seu núcleo teórico se enraíza.

2.3.3 PROBLEMAS DA TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS

De acordo com Costa (op. cit.), na descrição da Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, há falhas relacionadas ao núcleo teórico no qual a mesma está situada e as mesmas serão ilustradas a seguir.

Ao começar pela questão dos fundamentos, onde Levinson assume não ter a intenção de comprometer-se com qualquer princípio de espécie cognitiva subjacente à natureza da comunicação humana, e não ver problemas para que sua teoria da interpretação preferencial adquira a desejável generalidade.

Conforme Costa, o problema de não se ter a conexão com algum princípio cognitivo matriz não é exatamente bloquear o valor total de uma teoria, mas impedir que ela se apresente adequada. A pergunta 'Qual a diferença entre a cognição semântica e a cognição pragmática?' fica vazia de consideração na TICG. Em outras palavras, a interface semântico/pragmática, tal como aparece na TICG, é puramente descritiva, não estando ancorada em qualquer outro processo de valor explanatório.

A proposta de Levinson está crucialmente sustentada pela sua tricotomia de heurísticas. Delas Levinson depende para descrever as Inferências Generalizadas. Mas de onde vêm tais heurísticas? Como surgem inatas ou adquiridas?

Levinson se diz modesto em suas pretensões. Mas então, o que garante a plausibilidade de tais heurísticas a não ser o fato de que ele as propõe para explicar as Inferências Conversacionais Generalizadas? Suponhamos que um argumento cético duvide da existência cognitiva de tais processos. A TICG fica estrategicamente muda sobre isso, mas essa aparente simplicidade a compromete.

A única garantia a que Levinson apela é a 'conexão das suas heurísticas com as máximas griceanas'. Ou seja, Levinson pede emprestada a sustentação descritiva de Grice, o que leva a TICG ao colapso de uma inadequação explanatória mais forte.

De acordo com Costa, quanto ao nível da teoria e do objeto, a principal contribuição pretendida por Levinson é a identificação das Implicaturas Conversacionais Generalizadas como fenômeno bem mais amplo e relevante do que certamente Grice supusera, e a metamorfose das máximas deste último nas heurísticas daquele da teoria da interpretação preferencial. Se a expectativa é a de que a heurística permita identificar a inferência do que não foi dito, porque não o foi, obviamente ela licenciaria infinitas inferências. Uma proposição restringe, diria-se, um estado de coisas. Todos os outros estão livres. Levinson identifica isso e reconhece que sua heurística só pode funcionar com uma inevitável restrição a um conjunto de alternativas salientes, ou em contraste. Seu refinamento da heurística passaria pela expressão 'para as relevantes alternativas salientes, o que não é dito, não é o caso'.

Analisando a TICG em nível de exemplificação, Costa mostra em seu artigo, referenciado inicialmente nesse item, que a estratégia de heurísticas de Levinson não parece nem necessária nem suficiente para a descrição de seu objeto. Esse autor discute tais questões centrado na Metateoria das Interfaces Externas e Internas (2008/2009), contribuinte para o entendimento amplo de questões diversas. Ancorado na Metateoria de Costa encontra-se esse estudo e a mesma será exposta, de acordo com sua fase atual, seqüencialmente.

2.4 COSTA - METATEORIA DAS INTERFACES EXTERNAS E INTERNAS

Costa (2008/2009) propõe a Metateoria das Interfaces Externas e Internas, dentre outras coisas, como uma opção de retificar os contra exemplos possíveis às teorias anteriormente descritas nesse trabalho.

A Metateoria das Interfaces Externas e Internas é uma metateoria justamente pela possibilidade de ser aplicável a qualquer área passível de interface. O estudo das ciências nas interfaces, na atualidade, é o caminho para

explicação de fenômenos diversos, pois é na interface que a explicação é possível. Pode-se fazer uma interface entre duas ou mais áreas, mas quanto maior o número de áreas, maior o número de fundamentos a conhecer e maior a complexidade do objeto. É importante saber que sempre ao se fazer uma interface deve-se estar sobre uma das margens (áreas) interfaceadas. No caso, por exemplo, do estudo de interface dessa análise, que caracteriza a união da Lingüística com as Ciências Cognitivas e a Comunicação, está-se sobre a margem da Lingüística.

Costa (2008/2009), em seu trabalho intitulado “Relevância, Cognição, Interface Semântica e Pragmática: Metateoria das Interfaces Externas e Internas”, explica que dentre as Interfaces Externas é possível localizar Ciências Naturais, como a Cognição, por exemplo; Ciências Sociais, como a Comunicação; e Ciências Formais, como a Lógica. Não é possível realizar interface entre determinadas áreas, como, por exemplo, entre campos considerados problemáticos e campos considerados misteriosos.⁵ Dentre as Interfaces Internas, pode-se destacar, por exemplo, dentro de uma Interface Externa como a Lingüística, a Semântica, a Pragmática, a Morfologia, a Fonologia, a Sintaxe e a Lexicologia, como sub áreas não completamente autônomas da Lingüística. A partir disso é possível compreender que as descrições de determinados fenômenos se dá na Interface Interna e que a explicação dos mesmos ocorre na Interface Externa.

Sendo assim, na interface entre Lingüística e Ciência Formal, por exemplo, é possível destacar Montague e a Semântica Formal (Semântica livre de contexto); na interface entre Lingüística e Ciência Natural insere-se Chomsky e a Semântica Cognitiva e a Pragmática Cognitiva (relação cérebro/mente); na interface da Lingüística com a Ciência Social enfatiza-se a Semântica e a Pragmática sócio-comunicativas e Saussure.

2.4.1 INFERÊNCIAS

De acordo com a metateoria de Costa (2008/2009) considera-se ‘inferência’, em sentido estrito (lógico-semântico), o processo da passagem de premissas à

conclusão e em sentido amplo (pragmático) a inferência é vista como um sinônimo de raciocínio. Considera-se também que as inferências podem ser internas (são as que ocorrem dentro da história) e externas (aquelas que se fazem sobre a história). Vê-se por aí ser tão objetivo o processo inferencial, visto que personagens de ficção conseguem compreender umas as outras, posto que tenham conhecimentos em comum e executam processos inferenciais comuns, compartilhados. Isso caracteriza o máximo da objetividade desse processo.

As inferências necessitam de objetividade. O que conta para a realização do processo inferencial é aquilo que não está dito, que vai ser inferido. Se se desloca de um nível de objetividade máxima para um nível de subjetividade quase máxima, então qualquer conclusão será possível. Por exemplo:

(A) João abriu a porta e saiu de casa. (mais objetividade).

Se houvessem, questionados quase todos diriam que, de acordo com esse caso, João saiu pela porta.

(B) João saiu e bateu a porta. (menos objetividade).

Se houvessem questionados alguns poderiam inferir, por exemplo, que João estava irritado, mas poucos iriam inferir que João fugiu de casa.

Como já dito, há inferências em sentido amplo e estrito: nas primeiras inserem-se casos como o processo de poder prever na leitura, entre outros, e é todo o processo que vai além do dito. De acordo com a segunda, o processo inferencial depende da teoria adotada. Por exemplo, em lógica dedutiva a inferência é a propriedade em que se passa necessariamente de proposições a conclusões, já que as inferências lógicas (em sentido estrito) baseiam-se em regras.

⁵ Propõe-se, em Ciência, uma diferenciação entre *Problemas*, ou áreas problemáticas, que são passíveis de tratamento científico e *Mistérios*, áreas não passíveis de tratamento científico. Chomsky (1975).

São três os princípios que caracterizam as inferências lógicas dedutivas, consideradas inferências em sentido estrito:

- a) o princípio da identidade, onde toda proposição é igual a ela mesma;
- b) o princípio da não contradição, onde não é possível A e não A, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto;
- c) o princípio do terceiro excluído, onde só é possível haver verdadeiro e falso.

No caso das inferências cognitivas, como, por exemplo, a frase *se isso é uma rosa, então é uma flor*, tem-se um raciocínio perfeitamente possível, mas retrata-se uma situação logicamente inválida. É cognitivamente válida, pois as pessoas têm conhecimento do conteúdo e não de regras. Flor e rosa são super ordenados, portanto o cérebro opera de *flor* para *rosa* e não há atuação de uma regra dedutiva. Para o raciocínio cognitivo o que conta é o conteúdo, pois as pessoas não raciocinam via regras. E o conteúdo torna tudo complexo. Por esse motivo as inferências cognitivas e lógicas podem ser conflitantes. São realizadas inferências não autorizadas por nada cotidianamente pelos falantes e essas são inferências em sentido amplo.

Costa (2008/2009) dessa forma, possibilita o questionamento, fundamentado, de teorias discutíveis, e sendo assim, contribui para o desenvolvimento de ciências diversas, como visto anteriormente ao levantar inconsistência na generalidade das teorias de Sperber e Wilson e Levinson, visto que o nível de objetividade máxima dificilmente será totalmente retirado de diálogos coloquiais, onde os falantes não operam formas da lógica *stricto sensu*.

Dentre as inferências em sentido amplo situa-se a Inferência Dialógica, que será descrita, explicada e ilustrada no item três desse trabalho e é basilar para essa análise.

3. INFERÊNCIAS DIALÓGICAS

Para compreender a noção de inferência lingüístico/dialógica é necessário, primeiramente, deparar-se com o complexo conceito de inferência, caracterizado anteriormente, conforme Costa (op. cit.), proposto por autores diversificados, que serão verificados seqüencialmente.

De acordo com o texto de Costa intitulado *Linguagem e Inferência* (2009), a noção clássica de inferência tem sua origem identificada no contexto da cultura grega antiga, com os fundamentos da Lógica Silogística estabelecidos por Aristóteles, no *Organon*; com os trabalhos de Euclides no âmbito da Geometria; além, certamente, da pioneira matemática pitagórica, ainda que de história obscura em seu início. Era certamente a inferência dedutiva de que se tratava. 'De certas coisas que são assumidas, decorrem necessariamente outras por isso ser assim', diria aproximadamente Aristóteles, em seus Analíticos Posteriores, sobre o ato ou processo de inferir dedutivamente. Claro que, como Aristóteles tinha interesse metateóricos, mais do que apenas práticos, sobre tais processos, ele não deixou de reconhecer outras formas de inferir, ainda que dissesse pouco sobre elas.

Identificou a Inferência Indutiva, como a que vai do particular ao geral, e a Reprodutiva, envolvendo hipóteses como inferências de explicação. A isso poderia ser acrescentado o raciocínio analógico, inferência por semelhança, também conhecida por Aristóteles.

Uma contribuição das mais importantes de sua obra foi a distinção clara entre o raciocínio lógico, o dialético e o retórico. O primeiro refere-se ao processo de concluir necessariamente; o segundo ao raciocínio de questionar e responder; e o último à condição de persuadir ou convencer. Consistente com tais aspectos históricos é a possibilidade de se caracterizar a noção de inferência com a idéia de um processo cuja natureza é a passagem de um conjunto de suposições assumidas (premissas) para um resultado que decorre de tal conjunto (conclusão).

Inferir, de acordo com os autores que fundamentam essa análise e foram vistos no item dois dessa pesquisa, é algo complexo e passível de diversas observações.

Para Grice (1975) inferir é sinônimo de implicar, de capturar o não dito, de cooperar com o falante no ato comunicativo. Para sua teoria inferencial este autor dividiu as implicaturas em Conversacionais e Convencionais, onde as primeiras devem ser calculáveis ou dedutíveis, canceláveis, não separáveis, indetermináveis, externas ao sentido do enunciado ou não convencionais, determinadas não apenas pelo dito, mas pela soma do dizer e do dito; e a segunda está presa ao significado convencional das palavras (como nas conjunções presentes nos enunciados, por exemplo). Ambas atuam no processo dialógico.

Ancorados no Princípio de Cooperação de Grice, Sperber e Wilson (1986/1995/2008) postulam que inferir seja algo que deva partir do ouvinte frente a um falante, pois isso faz parte da relevância do ato comunicativo. O extra literal, segundo tais autores, é captado porque o nosso cérebro está dirigido para a relevância máxima, ou seja, máximo benefício e mínimo custo de processamento durante o processo inferencial.

Levinson (2000) traz consigo na Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, também fundamentado em Grice, a noção de que Semântica e Pragmática podem estar diluídas numa interseção, a qual ele chama de 'enunciado tipo (*utterance type-meaning*)', o que caracteriza um conceito inferencial distinto, ancorado na Semântica e na Pragmática.

Dessa forma, o termo inferência tem sido usado para descrever as mais variadas operações cognitivas.

Antes de propor um conceito de inferência, de inferência dialógica semântico/pragmáticas mais especificamente, é necessário mostrar que embora os pesquisadores de áreas como Psicolinguística, Psicologia Cognitiva e Linguística concordem que uma característica do processo inferencial refira-se à adição de informações feita pelo ouvinte, há ainda uma heterogeneidade de definições de inferência.

De acordo com o trabalho de Machado (2005) intitulado 'O papel do processo inferencial na compreensão de textos escritos', embora a noção de inferência seja de extrema importância para estudos diversos, este conceito geralmente não é bem definido, pois cada pesquisador o define de maneira distinta, de acordo com o tipo de pesquisa e de dados que estão sendo analisados.

Ilustrativa de uma tendência generalista é a definição elaborada por McKoon e Ratcliff (1992, p. 440): “uma inferência é definida como alguma peça de informação que não é explicitamente afirmada”. De acordo com esses autores, ao se definir inferência desta maneira geral, enfatizam-se os diferentes graus de processamento necessários para produzir diferentes inferências. Esta definição inclui uma série bastante ampla de fenômenos, já que engloba desde as inferências relativamente simples até as mais complexas.

Segundo Coscarelli (2003), ancorada em Frederiksen (1977), a definição de inferência é a que segue:

Inferências são informações cognitivamente geradas com base em informações explícitas, lingüísticas ou não lingüísticas, desde que em um contexto de discurso contínuo e que não tenham sido previamente estabelecidas. Inferências ocorrem sempre que uma pessoa opera uma informação semântica, isto é, conceitos, estruturas proposicionais ou componentes de proposições, para gerar uma nova informação semântica, isto é, novos conceitos de estruturas proposicionais. (Frederiksen 1977 apud COSCARELLI, 2003, p. 31).

Os autores Beaugrande e Dressler (1981 apud KOCH; TRAVAGLIA, 1989, p. 70) vêem as inferências como “operações que consistem em suprir conceitos e relações razoáveis para preencher lacunas (vazios) e discontinuidades (...)”. Nesse caso o processo inferencial busca sempre resolver um problema de continuidade de sentido.

Para Brown e Yule (1983, p. 256) a noção de inferência é um processo no qual o ouvinte deve ir do sentido literal do que está dito ao que o falante pretendeu transmitir.

Outros pesquisadores que tratam do problema da inferência são Rickheit, Schnotz e Strohner (1985). Conforme estes autores ‘uma inferência é a geração de informação semântica nova a partir de informação semântica dada em um determinado contexto’.

Para Yekovich o conceito de inferência é o que segue:

Inferências são informações não explícitas no input. Geralmente acredita-se que as inferências sejam o resultado de processos cognitivos que tomam um conjunto de informações, integram os elementos dele e produzem uma ou mais informações novas não dadas explicitamente no input. YEKOVICH (1990, apud COSCARELLI, 2003, p. 33)

Dell'Isola (2001, p. 44) fundamenta-se em Rickheit, Schnotz e Strohner (1985) e afirma que “inferência é um processo cognitivo que gera uma informação semântica nova a partir de uma informação semântica anterior, em um determinado contexto”.

De acordo com Machado (op. cit.), embora haja uma variedade de definições, é importante observar que todas elas se referem a duas características básicas das inferências:

- (i) o acréscimo de informação e/ou;
- (ii) inferência considerada como a conexão de partes de um todo, com o objetivo de preencher lacunas.

Conforme o autor, não obstante estas definições terem estes elementos em comum é necessário fazerem-se algumas críticas a outros elementos mencionados nas definições acima para delimitar melhor o conceito de inferência.

Em primeiro lugar, é necessário enfatizar que as inferências são processos que os ouvintes realizam durante a compreensão.

Outro aspecto que se quer salientar é que, embora se esteja investigando o processo inferencial realizado em ambiente de fala (reality show), parte-se do pressuposto de que o processo inferencial se dá tanto na compreensão do texto escrito quanto do texto oral.

Também não se pode restringir a noção de inferência às relações lógicas que se estabelecem entre proposições, como o fazem Page e Thomas. Tal restrição limitaria a investigação do processo de inferenciação à análise dos processos lógicos.

Já a definição de inferência proposta por Rickheit, Schnotz e Strohner (1985), tem a vantagem de salientar um aspecto importante do processo inferencial, que é a relação interativa que se estabelece entre texto e contexto, o que permite distinguir as inferências psicolingüísticas, que são altamente dependentes do contexto, das inferências lógicas, que são as mesmas em qualquer contexto.

Embora o input lingüístico possa ser considerado importante na geração de inferências, não é ele que as determina. Neste sentido pode-se concordar com

Rickheit, Schnotz e Strohner (op. cit.), quando estes autores afirmam que alguns processos considerados como inferenciais a partir das definições acima são apenas casos de decodificação, como acontece, por exemplo, no caso das relações anafóricas.

Para Garrod (1985), não se deveria incluir este processo de referência automática no conceito de inferência, já que, na verdade, ter-se-ia apenas o que ele chama de ‘pseudo-inferências’ e não ‘verdadeiras inferências’.

Diante das dificuldades levantadas para se estabelecer um conceito de inferência que tenha poder explanatório adequado para as pesquisas sobre o assunto, Rickheit, Schnotz e Strohner (1985, p. 7-8) propõem que:

O processo de compreensão do discurso deve ser dividido nos seguintes sub processos de geração de informação:

- a) *decodificação*: é a geração de informação semântica a partir de outra informação semântica;
- b) *codificação*: é a geração de informação não semântica a partir de informação semântica;
- c) *inferência*: é a geração de informação semântica a partir de informação semântica.

A informação semântica pode ser constituída por palavras, conceito, ou unidades semânticas maiores como proposições, modelos mentais, categorias da superestrutura. Já a informação não semântica é a informação fonética ou gráfica. A razão da distinção entre processos semânticos e não-semânticos é que eles desempenham papéis diferentes na comunicação em termos de aquisição, atenção e memória. Uma inferência é a geração de informação semântica nova a partir de informação semântica dada em um determinado contexto’ esta definição fundamenta-se na distinção entre decodificação, codificação e inferência, além de incluir o contexto no processo inferencial. O processo de produção de inferências pode ser analisado a partir de diversos pontos de vista’. O primeiro é o ponto de vista representacional, que ‘busca investigar os tipos de relações que existem entre a formação de inferências e a representação mental construída pelo ouvinte durante a compreensão de um texto’. O segundo ponto de vista, o procedural, ‘busca saber que tipos de processos ocorrem e quando esses processos ocorrem na geração de inferências’. O terceiro, o ponto de vista contextual, ‘investiga como os aspectos inferenciais da compreensão do discurso se relacionam a condições contextuais. (RICKHEIT; SCHNOTZ e STROHNER, 1985, p. 8-9).

Quanto à origem das informações utilizadas na geração de inferências, o trabalho de Garrod (1985) afirma que os falantes utilizam informações de duas fontes para interpretar sentenças que fazem parte de um discurso: uma refere-se à informação dada na própria sentença, que determina o que pode ser descrito como o conteúdo proposicional expresso pela sentença; a outra é obtida a

partir da interpretação que o falante faz do discurso como um todo (a partir de esquemas ou modelos mentais) e determina a importância da sentença no contexto em que aparece.

Para fundamentar a idéia de que a comunicação é eminentemente inferencial, Garrod (1985) faz uma distinção entre os dois tipos de inferências: as verdadeiras e as pseudo-inferências. Estas seriam as inferências diretas obtidas por meio de um modelo mental, enquanto aquelas, as verdadeiras inferências, seriam indiretas e obtidas por meio da aplicação de um esquema a premissas discretas. Todas as pseudo-inferências estão disponíveis durante o processamento primário, que é quando ocorre o primeiro olhar para a sentença e uma rápida tomada de decisão, tendo, portanto, um processamento mais rápido. Já as verdadeiras inferências são obtidas durante o processamento secundário, e se caracterizam pelo fato de serem acionadas por falhas no processamento primário, podendo ser controladas pelo sujeito. Estas inferências demandam maior esforço mental, tendo por isso um processamento mais demorado.

Rickheit, Schnotz e Strohner (op. cit.), também reconhecem que há uma relação entre representação mental e inferência. Segundo esses autores, na elaboração de representações mentais, não importa se a informação processada é dada explicitamente ou se é inferida, pois de qualquer modo ela passará a fazer parte da representação mental do enunciado, mesmo que seja só inferida.

Dentro desta teoria das representações mentais, as inferências podem ter funções diferentes, dependendo da filiação teórica dos pesquisadores.

Com relação à tipologia das inferências acontece o mesmo que com sua definição: há uma variedade de classificações quase tão numerosas quanto às pesquisas realizadas sobre assunto. De modo que é problemático tentar propor uma classificação que dê conta de todos os tipos de inferências, pois tal tentativa deveria abarcar uma série muito grande de critérios.

Marcuschi (1989, apud FERREIRA e DIAS, 2004) propõe uma classificação das inferências e aloca como critério geral a origem das mesmas:

- a) *inferências de base textual*: lógicas, sintáticas e semânticas;
- b) *inferências de base contextual*: pragmáticas (intencionais, conversacionais, avaliativas), práticas (experienciais) e cognitivas (esquemáticas, analógicas e composicionais);

c) *inferências sem base textual*: falseamentos e extrapolações infundadas.

Em outro trabalho, Marcuschi (1989 apud FERREIRA e DIAS, 2004), ao discutir o processo da referenciação, defende que em muitos casos a referência é construída por meio de inferências. O autor afirma que os processos inferenciais estão relacionados às atividades de referenciação quando ocorre algum tipo de 'preenchimento' de lacunas ou de determinação referencial nos seguintes casos:

- Elipses (não importa o fenômeno elidido).
- Seqüências anafóricas (incluídas aqui as pronominais e nominais).
- Dêixis (dêiticos dos mais variados tipos, em especial de tempo e espaço).
- Hiponímia e hiperonímia (em especial nos casos de sequenciação tópica).
- Relações sinonímicas (especialmente as pragmaticamente fundadas).
- Relações antonímicas (como forma de retomada e continuidade textual).
- Nominalizações rotuladoras (em especial as que assumem força ilocucionária).
- Associações (as denominadas anáforas associativas).
- Analogias (relações de caráter mais tipicamente cultural e não lógico).
- Metaforizações (como um processo de criação de universos referenciais).
- Cadeias causais (sobretudo quando os elos não estão enunciados) cadeias conectivas.

Após discutir o papel das inferências no processo de referenciação, passa-se ao papel do contexto. O contexto é outro elemento importante que está diretamente relacionado com a elaboração de inferências.

Com o objetivo de esclarecer o que se deve entender por contexto, Clark e Carlson (1981), após fazerem uma revisão dos usos do termo, listam seis características que parecem ser comuns a estes usos. São as seguintes:

(i) *Informação*

Segundo os autores, o contexto é a informação sobre objetos, eventos, estados ou processos. Pode ser genérico ou particular, pode vir da experiência

direta, do que está sendo dito, ou de inferências baseadas nestas fontes. O contexto pode incluir, ainda, embora não limitado a eles, conhecimentos, crenças, ou suposições de uma pessoa.

(ii) *Relatividade pessoal*

Considerando-se que o contexto é informação, ele deve estar na posse de alguém. Clark e Carlson (op. cit.) perceberam que em muitos usos, o contexto normalmente é relativizado, não em relação às pessoas em geral, mas a cada pessoa em particular.

(iii) *Relatividade do processo*

Nem toda informação que uma pessoa possui pode ser considerada contexto. O contexto, na verdade, é relativo a um processo que uma pessoa está executando. Em uma sentença, o contexto de uma palavra é a informação que uma pessoa tem relativamente a sua interpretação daquela palavra.

(iv) *Relatividade da ocasião*

O contexto é a informação que uma pessoa possui ao executar um processo particular em uma ocasião particular.

(v) *Disponibilidade*

Em muitas aplicações, o contexto é apenas aquela informação que está disponível à pessoa que está executando uma tarefa particular em uma ocasião particular. Apenas parte da informação que está disponível para alguém para a tarefa em questão poderia ser considerada parte do contexto.

(vi) *Interatividade*

Para que uma informação seja chamada de 'contexto' em muitas aplicações, ela deve ser também capaz de interagir com o processo em questão.

Quando os pesquisadores falam sobre contexto, eles falam sobre contexto para uma pessoa particular executando uma tarefa particular em um tempo particular.

A partir destas observações, Clark e Carlson definem o contexto da seguinte forma: “Contexto é a informação que está disponível para uma pessoa particular para interação com um processo particular em uma ocasião particular.” (Clark e Carlson, 1981, p. 65).

Os próprios autores percebem que esta definição é demasiado abrangente e vaga, já que ela sugere que toda informação disponível em determinado momento pertença ao contexto.

Ver-se-á a seguir algumas informações mais específicas sobre contextos determinados de acordo com Koch (1993).

Ler e ouvir opera com estratégias de processamento diferentes: o ouvinte não pode controlar a seqüência temporal do texto, não fica visual e motoramente inativo durante o processamento, não tem sua atenção inteiramente focalizada no texto. Além disso, há as restrições de memória, pois, pelo fato de o ouvinte ter de adaptar o processamento cognitivo à velocidade da leitura, a informação acústica só fica disponível na memória por um curto lapso de tempo, o que obriga o ouvinte a processar rapidamente a informação ouvida para dar lugar à informação nova que vai chegando continuamente. (KOCH, 1993, p. 402).

Sendo assim, poderia chamar-se de contexto verbal aquele contexto que refere-se à informação lingüística presente no texto e que serve de detonador do complexo processo mental de compreensão textual. As várias partes de um texto têm relações definidas com o restante do texto, de modo que frases antecedentes tornam-se, durante a leitura, o contexto das frases seguintes. Elementos importantes no contexto verbal é além do próprio léxico, a ordem das sentenças, a conexão entre elas, e o título.

Um outro tipo de contexto poderia ser intitulado de instrumental. O contexto instrumental demanda, segundo Koch (op. cit.), o uso de estratégias de processamento diferentes, de acordo com o modo como o texto é recebido, pois, ao contrário do que ocorre na leitura, o ouvinte não pode controlar a seqüência temporal do texto, não fica visual e motoramente inativo durante o processamento, não tem sua atenção inteiramente focalizada no texto.

Segundo Hron et al., (1985, p. 222), “o processamento de inferências dos textos falados – que possuem organização tópica verticalizada”. Jubran et al. (1992, apud KOCH, 1993) – apresenta características próprias, em relação ao texto escrito:

- a) o número total de inferências é maior em textos com organização horizontal – que apresentam um curso de linearização tematicamente contínua – do que em textos com organização vertical, isto é, que têm um modo descontínuo de apresentação;
- b) a proporção de conexões inter-temáticas cresce percentualmente ao número de inferências, à proporção que o texto é organizado verticalmente e, decrescem quanto mais os textos são organizados horizontalmente;
- c) a organização textual tem um efeito sobre aquelas inferências mais prováveis de serem feitas a partir do respectivo segmento textual e que são menos prováveis de serem efetuadas devido a entonações diferentes dos vários tópicos no fluxo atual de consciência.

Quando ouvido, o texto é apresentado em uma velocidade pré-definida, para a qual o ouvinte deve ajustar seu processamento cognitivo. A informação acústica fica disponível por um curto período de tempo. Por causa do constante fluxo de informação nova na apresentação do texto oral, o ouvinte é incapaz de reter a informação à sua disposição por um longo tempo e tem de processá-la imediatamente com o objetivo de receber informação sucessiva. Na leitura, ao contrário, a informação oferecida tem um caráter mais estático. Apresentam-se ao leitor segmentos e ele pode monitorar sua atenção dentro deste quadro. O perigo de sobrecarregar a capacidade cognitiva é bem menor na leitura do que na audição, porque o leitor pode escolher a porção de informação que ele quer decodificar. Desta forma, o leitor pode determinar sua própria velocidade de processamento.

Tendo em vista algumas das inúmeras informações disponíveis sobre inferência, esse trabalho a trará da seguinte forma: inferência é o processo que se dá, de acordo com a Pragmática e a Semântica (e a Lógica Lato Sensu⁶), de ditos a não ditos. Está baseada na concepção de inferência de Costa (2008/2009) e, concomitantemente, enraizada em Grice (1975).

⁶ Qualquer tipo de formação lógica. A organização do pensamento humano, por exemplo. Costa (2009)

A partir das definições de inferência expostas anteriormente é possível passar agora para a descrição de um tipo inferencial particular: a Inferência Dialógica, seguindo Costa (2008/2009).

3.1 DESCRIÇÃO DE INFERÊNCIA DIALÓGICA

De acordo com Costa (2008/2009), dada a descrição preliminar de inferência, pode-se, então, seguindo a concepção de interfaces externas, modelar uma inferência em termos de raciocínio formal, cognitivo ou comunicativo. No sentido comunicativo, a investigação sobre inferência poderia ir, por exemplo, na direção de raciocínios dialógicos com o propósito de transmitir intenções, persuadir, etc.

A inferência dialógica, assim como as demais inferências de sentido amplo, que são as inferências existentes fora do julgamento de validade da Lógica Clássica, pode ser de caráter lingüístico, dos tipos fonológica, morfológica, lexical, sintática, semântica e/ou pragmática.

De acordo com a Metateoria das Interfaces essas inferências poderiam ser ainda, do tipo, semântico/pragmática, caracterizando assim, uma interface interna à interface externa lingüístico-cognitivo-comunicativa desse trabalho.

A inferência semântica pode ser um acarretamento, como no caso de: *João tem três filhos*, portanto, *João tem dois filhos*. A inferência pragmática pode ser implicada, como em *Maria é bonita*, por tanto, *Maria não é linda*.

Essa interface interna ocorre devido ao fato de que enunciados como:

A: João pegou o dinheiro e foi ao Banco.

B: João foi ao Banco e pegou o dinheiro, pode, de fato, haver a geração inferências diferentes. Em (A) sugere-se que o dinheiro vai ser depositado e em (B) que o dinheiro foi retirado. A razão de tais inferências parecem ser, basicamente, a de que se assume uma certa ordem de conexão semântica entre as proposições e uma certa ordem temporal na seqüência dos eventos por elas veiculados. Como evidentemente tudo depende de um conhecimento enciclopédico que dá

sustentação a interpretação semântica, pode-se, para sistematizar o fenômeno sem que se tenha que bloquear a interface com a Lógica, constituir uma interface com a Pragmática, especialmente pelo fato de que tais inferências podem ser caracterizadas como canceláveis ou não monotônicas. Nessa direção, poder-se-ia interpretar o ‘e’ da nossa linguagem como semanticamente ‘&’ (ou ‘e’ da Lógica *Stricto Sensu*) mais implicaturas griceanas convencionais de ordem temporal e implicaturas por respeito à máxima de relação/relevância, no que se refere às inferências, canceláveis, de que o dinheiro foi depositado em (A) e retirado em (B).

Uma questão importante ao tratar da interface semântico-pragmática e compreender que as duas estão fortemente relacionadas, como será visto a seguir.

3.1.1 O DEBATE SOBRE A INTERFACE SEMÂNTICO/PRAGMÁTICA

Há um intenso debate sobre as relações entre Semântica e Pragmática. As origens teóricas de tais questões estão no debate entre Bertrand Russell (1872/1970), Peter Frederick Strawson (1941/2006) e Grice (1913/1988). Atualmente, lidam com esse mote Bach (1987), Turner (1999), Carston (1999), Bianchi (2004), Jaszczolt (2006), entre outros. De acordo com Costa (2008/2009) a questão central de tal debate é: Qual a natureza da interface semântico/pragmática? O autor traz a concepção clássica de Interface semântico/pragmática. Vê-se o exemplo (12):

12) Dadas sentenças como (A), (B) e (C):

A: *João é político, mas não é corrupto*, o dito é que João é político e que ele não é corrupto; além do dito, sugere-se que político geralmente é corrupto.

B: *João se elegeu. A memória do eleitor é fraca*, além do dito, sugere-se que o eleitor não deveria ter votado em João.

C: *Alguns acusados voltaram ao cenário político*, sugere-se, além do explícito, que nem todos voltaram. Grice (1975) cunhou tais inferências pragmáticas como implicaturas.

A Pragmática não só complementa a Semântica através de implicaturas via dito. A sentença em (13) ilustra o caso:

13) *Ele lidera as pesquisas para Presidente porque seu concorrente não está com o povo.* O dito depende de se ter a referência para *ele*, Lula, por exemplo; também depende de se completar o sintagma *Presidente do Brasil*, e de se desambiguar *está com o povo*.

A Semântica depende da Pragmática; a constituição do dito depende de fatores contextuais.

Muitos autores desenvolveram teses sobre a indeterminação da Semântica, dentre eles Carston, em estudo relativo à Interface e Relevância; Blakemore, que fala sobre explicatura; Bach trata do dito, da implicatura e da implicatura; Levinson aborda as implicaturas generalizadas; Recanati e a Pragmática Radical e com isso houve o fortalecimento da tese de Strawson, estudo do processo que se dá da sentença para o enunciado.

Existem argumentos problemáticos para a interface semântico/pragmática. De acordo com Russel e Strawson a questão problemática era metodológica.

A interface interna ou intradisciplinar depende da interface externa ou interdisciplinar; o objeto da interface lingüística semântico/pragmática pode ser desenhado na fronteira com as Ciências Cognitivas e com a Comunicação, como no caso desse estudo. Dessa forma, o significado é aquilo que a teoria do significado assumida diz que ele é.

Vê-se o significado do conetivo 'e' na interface semântico/pragmática, de acordo com as sentenças abaixo já vistas anteriormente:

A: Ele pegou o dinheiro e foi ao Banco.

B: Ele foi ao Banco e pegou o dinheiro.

A primeira pode ser interpretada como ele tendo depositado o dinheiro e a segunda como ele tendo retirado o dinheiro. Aceita tal interpretação, as condições de verdade são diferentes para (A) e (B). Assumindo-se essa interpretação, fatores pragmáticos, como a ordem, por exemplo, determinam as condições de verdade, sendo a Semântica não suficientemente determinada.

Nessa perspectiva, tudo ficaria esclarecido se (A) e (B) fossem completadas como (A') e (B').

A': Ele pegou o dinheiro e foi ao banco depositá-lo.

B': Ele foi ao banco e pegou o dinheiro sacado.

Tais condições de complementação informativa reforçariam a tese da indeterminação semântica.

Consideradas essas condições, elas certamente podem ser expandidas para referências de nomes, descrições definidas, dêiticos, desambiguação, implícitos em geral, e outros, mas isso levaria a uma trivialização pragmática.

Outra questão problemática: como determinar o conjunto de informações necessárias e suficientes para estabelecer as condições de verdade, ou condições de compreensão?

14) Ele comeu no restaurante do centro com amigos. Ele quem? Comeu o quê? Qual restaurante? Centro de onde? Quais amigos? Quando? Quem disse isso?

De acordo com Costa (op. cit.), como é possível evitar a trivialização da tese de que qualquer proposição pode ser complementada pragmaticamente? A hipótese do autor é a de que as interfaces externas (IE), ou interdisciplinares, são compromissos metodológicos primeiros que determinam as interfaces internas (II), ou intradisciplinares. Por exemplo, uma IE pode ser caracterizada a partir da relação Lingüística/Cognição/Comunicação. Uma II pode ser ilustrada pela relação entre a Semântica e a Pragmática.

Conforme Costa (2008/2009), dentre as interfaces externas estão:

- Interface Formal: o objeto é o argumento dedutivo e sua expressão em linguagem natural.
- Interface Comunicativa: o objeto é intenção comunicativa, informativa e a compreensão.
- Interface Cognitiva: o objeto é o modelo cognitivo para a relação causa e efeito, por exemplo.

As interfaces internas, por sua vez, podem ser constituídas, por exemplo, no caso de uma IE lingüístico-cognitivo-comunicativa, a partir das subteorias lingüísticas que seguem:

Fonologia/Morfologia/Lexicologia/Sintaxe/ Semântica/Pragmática.

Nessa direção, uma opção metodológica lingüístico-cognitivo-comunicativa vai determinar a perspectiva de uma semântica/pragmática enquanto interface interna, como no caso da análise dessa dissertação.

É importante salientar que as considerações na interface sócio-comunicativa não são pertinentes para a desautorização de uma Semântica de Condições de Verdade⁷ em uma interface formal.

Sabendo-se da intersecção formada entre a Semântica e a Pragmática e tendo em vista diversos conceitos de inferência, nesse trabalho podemos considerá-la como o processo de extrair do dito o não dito; num contexto de diálogo, a partir do significado convencional de determinadas palavras, como a implicatura convencional proposta por Grice e explicaturas de acordo com Sperber e Wilson; do conhecimento de mundo do ouvinte (bagagem cultural, emocional); da intenção ostensiva adequada do falante (Sperber e Wilson); submerso na forte interação de Semântica e Pragmática, é possível compreender que uma inferência dialógica pode ser descrita da maneira que segue.

3.1.2 INFERÊNCIAS NO DIÁLOGO

As inferências dialógicas são todas aquelas que ocorrem em um diálogo, inseridas em contexto de diálogo, onde dois ou mais falantes ostentam comunicativamente o que desejam que seus ouvintes infiram.

⁷ A Semântica das Condições de Verdade é uma Semântica Lógica ou Formal. Trata do conteúdo formal para analisar validade de argumentos. Costa (2008).

O processo dialógico produz inúmeras inferências multiformes⁸ e, dentre estas, inferências semânticas e pragmáticas, tais como acarretamentos, implicaturas, entre outros tipos.

Em um diálogo é necessário que um falante e um ouvinte, no mínimo, troquem informações, falem sobre amenidades, questionem algo, ou seja, interajam linguisticamente. Se um emissor é falante do inglês e o receptor não compreende esta língua então não está caracterizado o diálogo, pois não há compreensão do conceito do dito e apenas a identificação da emissão sonora do falante pelo ouvinte.

O falante, dentro do diálogo, provavelmente procurará ostentar algo que ele entenda ser relevante para o ouvinte, seja isto uma informação, uma piada, uma ironia, o dito deverá fazer parte do contexto no qual ambos, falante e ouvinte, estão inseridos no momento em que dialogam, pois, há possibilidade do falante enunciar algo, sem sentido, mas isso não seria relevante, ou até mesmo, poder-se-ia dizer, não caracterizaria um diálogo de fato.

As inferências dialógicas são captadas pelo ouvinte e provenientes do falante durante um diálogo, seja ele escrito ou oral, como no caso do corpus dessa análise. Para que o ouvinte possa inferir o máximo possível daquilo que consegue capturar do dito do falante é necessário que ele utilize mecanismos próprios, cognitivamente, buscando informações e conhecimentos gramaticais, enciclopédicos, de mundo, para preencher os vazios ou implícitos do enunciado.

As inferências dialógicas semânticas e pragmáticas são freqüentemente inseridas nos diálogos cotidianos. Por exemplo:

15) (A) diz para (B): - João tem três filhos.

(B) infere semanticamente que João tem dois filhos, pois *três filhos* acarretam *dois filhos*, que, por sua vez, *acarreta um filho* [...]. Sendo assim, automaticamente não surpreenderia (B) se (A) dissesse que *João tem duas meninas*, pois se João tem *três filhos*, logo é possível que tenha *duas meninas*,

⁸ Inferências diversificadas, da Lógica Clássica às inferências em sentido amplo. Costa (2009).

infe-re-se isso porque o cérebro opera do maior para o menor, nesse caso, *três filhos*, maior que *dois filhos*, por tanto é comum inferir assim; e *filhos* engloba *filhas*, pois representa o todo, logo também é possível inferir naturalmente que *filhos* pode acarretar (não necessariamente) *filhas*.

(16) (A) diz para (B): - Maria é bonitinha.

(B) infere pragmaticamente que Maria não é linda, pois *bonitinha* implica *não linda*. Isso ocorre porque se implicam coisas durante um diálogo de maneira corriqueira para torná-lo mais relevante, para obter-se maior benefício. Sabe-se na linguagem cotidiana que se alguém é bonitinho não é lindo, através de graduações conhecidas pelos falantes e ouvintes, de escalas cognitivas.

Tendo em vista que inferências lingüísticas estão inseridas nos diálogos, passa-se agora a uma explicação mais detalhada da inferência dialógica, a fim de compreendê-la mais claramente.

3.2 EXPLICAÇÃO DE INFERÊNCIA DIALÓGICA

Como dito anteriormente, a inferência dialógica é qualquer inferência realizada no diálogo, no caso desse trabalho utilizar-se-ão as inferências dialógicas semântico/pragmáticas produzidas no Reality Show.

Durante esta pesquisa trechos dialógicos do Reality Show, Big Brother Brasil 9 serão analisados quanto à forma inferencial semântica e pragmática utilizada em momento de tomada de decisão pelos envolvidos no diálogo.

Procurar-se-á explanar os tipos de implicaturas griceanas descritas no item um desse trabalho, bem como a questão da relevância dentro do processo inferencial de tomada de decisão, de acordo com a Metateoria das Interfaces Externas e Internas de Costa (2008/2009), inserido na interface interna, semântico/pragmática e em uma interface externa lingüístico-cognitivo-comunicativa.

Tendo em vista que as implicaturas analisadas serão as que ocorrem durante o diálogo, além de semânticas e pragmáticas, é possível corroborar com a noção griceana de implicatura, bem como com a noção de relevância proposta por Sperber e Wilson e como tais princípios cognitivos atuam no processo de tomada de decisão.

A inferência dialógica, assim como as demais inferências, é uma conexão indireta entre assuntos. É uma ilação ou dedução. Em lógica, inferência é a passagem, através de regras válidas, do antecedente ao conseqüente de um argumento. Contudo, nos diálogos a inferência é aplicada em formato de ferramenta. A teoria desenvolvida por Argyris (1990), intitulada “Escada da Inferência”, mostra que se adotam crenças baseadas em conclusões inferidas do que se observa e nem sempre comprovadas, acrescidas por experiências passadas. Isso resume a noção de inferência adotada por essa pesquisa.

Podem ser realizadas durante o diálogo inferências do tipo: implicatura convencional, conversacional generalizada e conversacional particularizadas, de acordo com Grice, inferências pouco ou muito relevantes, seguindo Sperber e Wilson e inferências válidas, adequadas ou corretas e/ ou relevantes, de acordo com Costa.

Para Grice (1975), durante o diálogo, podem ocorrer implicaturas convencionais, conversacionais generalizadas e conversacionais particularizadas. A primeira é aquela que está presa ao significado convencional das palavras; as últimas não dependem da significação usual, são determinadas por princípios básicos do ato comunicativo.

De acordo com Sperber e Wilson (1986/1995/2008) uma inferência pode ser mais ou menos relevante, levando-se em conta a relação custo/benefício do processo cognitivo. Dada a inferência há um custo e um benefício processual.

Quanto maior o benefício e menor o custo, mais relevante será a inferência.

Costa (2008/2009) afirma que é possível analisar inferências quaisquer, dentre essas a dialógica, de maneira lógica para validar ou não determinado argumento, transformando-o em regra lógica, desconsiderando o conteúdo veiculado; e de maneira pragmática, verificando a adequação/correção ou não do

argumento dentro de um contexto e a relevância de tal argumento também levando em conta o contexto.

Exemplo (16):

(16) João é honesto, logo, não duvidarão dele.

Análise da forma lógica da proposição:

Forma Lógica Stricto Sensu (Modus Ponens):

João é honesto, logo, não duvidarão dele.

P	→	-	Q
			<u>P</u> (João é honesto)
			-Q (Não duvidarão dele)

Análise pragmática do enunciado (16):

Pessoas honestas são confiáveis/ João é honesto/ João é confiável/ Não duvidarão de João. O enunciado pode ser considerado correto. O enunciado em (16) pode ser considerado relevante, pois é do senso comum crer que quem é honesto é confiável.

Em dissertações, teses e artigos científicos a utilização da forma lógica para analisar argumentos em linguagem natural pode ser crucial para corroborar ou não com a validade/coerência de determinada exposição confusa ou mal formulada inserida na pesquisa.

A correção e a relevância têm a ver com a adequação do enunciado ao contexto o qual está inserido e com a relação inferencial custo/benefício processada pelo ouvinte neste determinado contexto. Logo, a relevância é gradual, os inferidos podem ser mais ou menos relevantes de maneira escalar, o que dependerá do conhecimento de mundo, do conhecimento enciclopédico e do contexto no qual se situa o ouvinte, dentre outros fatores.

As emoções também são atuantes no processo inferencial dialógico cotidiano. Cada falante carrega consigo uma infinidade de subjetividades, experiências particulares, que de certa forma atuam no processo cognitivo de

criação de inferências. O estado emocional do ouvinte será capaz de ser dirigido-lo, por muitas vezes, durante o processo inferencial.

Como disse Costa (2008), o Princípio de Relevância proposto por Sperber e Wilson pode ser problemático se se adicionar à direção da relevância máxima a obtenção de informações novas.

Por muitas vezes as esposas pedem aos maridos que lhes digam que as amam, sendo que já ouviram a mesma frase centenas de vezes, e aquilo para elas é altamente relevante, dada a importância de se certificarem do sentimento do outro, embora o nível informativo seja nulo, dado que já ouviram muitas vezes o mesmo dito.

Como algo com nível de informação nova nulo pode ser altamente relevante? Eis um paradoxo para Sperber e Wilson.

Muitas vezes os ouvintes inferem coisas não autorizadas por regras e princípios, pois a generalidade, ao tratar-se de seres humanos, dificilmente será alcançada ao tentar-se explicar diversos aspectos, dentre esses o processo inferencial da linguagem, devido à subjetividade inerente a todos os falantes.

Ilustrar-se-ão a seguir algumas formas de inferências lingüístico/dialógicas e as mesmas serão verificadas nessa pesquisa inseridas em ambiente de reality show e atuantes no processo de tomada de decisão.

3.3 ILUSTRAÇÕES DE INFERÊNCIAS DIALÓGICAS

As inferências dialógicas podem ser de tipos diversos e são passíveis também de análises diversificadas. Dentre um diálogo é possível encontrar implicaturas, quebras de máximas, em uma classificação griceana; processos inferenciais mais ou menos relevantes, de acordo com Sperber e Wilson; inferências válidas, corretas/adequadas e/ou relevantes, inferências onde a irrelevância é relevante, conforme apresenta Costa (2008/2009), entre outros tipos que serão expostos seqüencialmente.

- 17) A: - Que horas são?
B: - Duas e quinze.

Nesse diálogo a categoria da quantidade proposta pela teoria griceana foi respeitada durante o processo inferencial. O ouvinte passou uma mensagem tão informativa quanto à necessidade da informação solicitada pelo falante, nem mais, nem menos do que aquilo que foi pedido.

- 18) A: - João saiu?
B: - Sim, eu o vi sair.

A categoria da qualidade cunhada por Grice faz parte dessa inferência, pois (B) afirma algo que é verdadeiro e para o qual tem evidência.

- 19) A: - Estou com sede.
B: - O bebedouro fica no corredor, primeira porta a esquerda.

Esta é uma implicatura de processo inferencial calculável. Ao ouvir a frase de (B), (A) infere: tem um bebedouro próximo/ deve ter água no bebedouro/ devo ir até o bebedouro/ isso acabará com meu problema

Esse é um trabalho de cálculo lógico, considerado por Grice como uma propriedade básica para que se localize uma implicatura conversacional. O autor afirma que se uma implicatura não for reconhecida pelo trabalho do cálculo lógico ela não pode ser do tipo implicatura conversacional.

- 20) A: - Vamos ao cinema ver o documentário sobre o Michael Jackson?
B: - Ronaldo!

Nesse caso é possível entender uma implicatura conversacional pode ser cancelada, simplesmente porque o princípio da cooperação que deve estar sendo respeitado para que ela exista, pode não sê-lo num contexto particular.

Há ainda, outro tipo de cancelamento que o contexto pode possibilitar sem acréscimo de nenhum reforço lingüístico.

21) A: - Vendo minha casa de praia por R\$ 100.000,00.

B: - Eu tenho R\$ 100.000,00.

Nesse caso não é possível inferir que é só isso que B tem, mas que B tem R\$ 100.000,00 e, provavelmente, mais.

22) Estou com fome/ Sinto-me faminto

Nesse caso temos uma implicatura não separável. Essa propriedade diz respeito ao fato de que as implicaturas conversacionais, para que possam ser calculadas, exigem um conhecimento contextual, além do conteúdo semântico da expressão, não dependendo, portanto, do modo da expressão. Em outras palavras, a implicatura permanecerá desde que se diga a mesma coisa ainda que de outra maneira, com sinônimos, por exemplo. Diferentemente da forma lógica, onde apenas formas idênticas são consideradas de fato idênticas, a forma lingüística do argumento pode ser diferente e o conceito o mesmo, o que caracterizará, dessa maneira, uma só implicatura.

23) A: - O que você acha da Daiane dos Santos?

B: - Daiane dos Santos é um monstro.

A implicatura em (23) pode ser considerada indeterminável. Neste caso, a metáfora parece ser um exemplo bastante evidente. Poder-se-ia supor, dentre outras coisas, que (B) quisesse implicar que Daiane dos Santos é a referência entre as ginastas ou, em outro contexto, que ela é feia. Enfim, como o cálculo da implicatura pode, às vezes, referir-se a uma lista aberta de implícitos, estes podem ser indeterminados como, alias, é comum nos casos de subentendidos.

24) A: - Maria está demorando a chegar, estou preocupado.

B: - O que não tem remédio, remediado está.

Grice, a partir de um diálogo como em (24), tenta demonstrar que só as condições de verdade não determinam a implicatura. O que é dito pode ser verdadeiro e o implicado, falso.

O enunciado de (B) é verdadeiro, à medida que é tautológico. O fato de ser tautológico implica que (B) quer que (A) entenda que a preocupação de (A) não resolve nada. Isso, entretanto, pode ser falso, desde que, por exemplo, (A) pudesse tomar alguma atitude, determinada por sua preocupação. Em outras palavras, *Maria está demorando a chegar, estou preocupado* é o dito e é verdadeiro. *Não adianta mais nenhuma preocupação* é o implicado e pode ser falso, uma vez que (A) pode, a partir daí, tomar decisões que não tomaria se Maria tivesse chegado cedo.

As inferências dialógicas podem ser classificadas ainda como implicaturas conversacionais generalizadas e em implicaturas conversacionais particularizadas. As primeiras não dependem de especificações de um contexto particular. As implicaturas conversacionais particularizadas, por sua vez, exigem informações de um contexto específico para que possam ser calculadas.

As inferências dialógicas, além de poderem contar com as classificações que já lhe foram estabelecidas, por Grice (1975), ainda são passíveis de análise em relação a fato de serem ou não mais ou menos relevantes. Para isso é possível utilizar a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986/1995/2008). Desse modo é possível estabelecer que quanto menos custoso for o processo inferencial e maior o benefício obtido através deste esforço mais relevante será a inferência.

Os autores afirmam que para que haja essa relevância, dois fatores se constituem essenciais: o efeito e o esforço de processamento. Dessa forma, uma suposição é relevante em um contexto na medida em que seus efeitos contextuais neste contexto sejam grandes; e uma suposição é relevante num contexto na medida em que o esforço requerido para seu processamento neste contexto seja pequeno.

De acordo com Sperber e Wilson (1986/1995/2008) o Princípio da Relevância:

- a) se aplica a todas as formas de comunicação;
- b) segundo ele os indivíduos cujo ambiente cognitivo o comunicador está tentando modificar são os destinatários do ato da comunicação;
- c) ele não garante que a comunicação, apesar de tudo, seja sempre bem-sucedida.

Sendo assim, o falante dirige ao ouvinte uma informação ostensiva e rica em efeitos contextuais a ponto de ela merecer a atenção deste ouvinte. Tal informação gera a presunção de que o falante tentou alcançar efeitos contextuais adequados, “sem impor ao ouvinte um esforço injustificável para alcançá-los em sua tentativa de identificar a intenção do falante por trás da ostensão.” (SILVEIRA; FELTES, 1999, p.53). Assim, o ato comunicativo é otimamente relevante.

O modelo proposto por Sperber e Wilson defende a existência de duas propriedades da comunicação humana. Em primeiro lugar, deve haver uma ostensão por parte do comunicador e uma inferência por parte do ouvinte. Em segundo lugar, a intenção de alcançar efeitos cognitivos baseia-se numa relação entre efeitos contextuais e esforço de processamento implicando, assim, diferentes graus de relevância. Sendo assim, pode-se entender como relevante, por exemplo, assistir novelas na televisão, pois embora não sejam obtidos muitos benefícios o custo de processamento é quase nulo. Ler um artigo científico também pode ser considerado relevante, há um determinado custo, mas o mesmo é compensado pelo benefício obtido. Atualmente os falantes tomam por mais relevante aquilo que tiver custo baixo, por isso vê-se tanta televisão e lê-se pouco.

Conforme Costa (2008/2009), uma inferência dialógica pode ser analisada quanto a sua validade, correção/adequação e relevância. O primeiro quesito serve para esclarecer obscuridades do enunciado, como, por exemplo, em (25):

25) A diz para B: - Se lavares o meu carro te dou R\$ 10,00.

Não lavaste meu carro.

Não te dou os R\$ 10,00.

O diálogo acima parece perfeitamente aceitável em linguagem natural, mas não é logicamente válido, pois não há regra da Lógica Clássica que afirme que a negação do antecedente implique a negação do conseqüente, não está dito explicitamente em (25) que se (B) não lavar o carro não ganhará os R\$ 10,00. Se (B) tivesse o conhecimento das regras da Lógica Clássica poderia ter um bom argumento para rechaçar (A).

26) A diz para B: - Eu te amo e você me ama, vamos ser felizes.

Eu te amo e você me ama.

Vamos ser felizes.

O argumento em (26) é válido de acordo com a regra *modus ponens*, correto/adequado pragmaticamente e relevante. É correto, pois, em linguagem natural, amar e ser amado está próximo ao conceito de ser feliz, logo, tal afirmação é aceita com naturalidade pelo ouvinte, o que torna o enunciado, além de válido e adequado, relevante.

27) Os pássaros são azuis, logo, choverá depois de amanhã.

Os pássaros são azuis.

Choverá depois de amanhã.

Em (27) tem-se um argumento logicamente válido, de acordo com a regra *modus ponens*, porém incorreto/inadequado e irrelevante, visto que não há relação entre cor de pássaro e previsão do tempo, a não ser que num contexto extremamente específico, o que não é o caso aqui.

É preciso deixar claro que em linguagem natural muitas inferências são realizadas sem serem autorizadas por regra nenhuma, o que possibilita uma enormidade de argumentos falaciosos, inválidos e, ainda assim, corretos e/ou relevantes.

Tendo visto que as inferências dialógicas podem ser analisadas, de acordo com a fundamentação teórica dessa pesquisa, de formas diversas, e que tais formas foram descritas, explicadas e ilustradas, passar-se-á agora a verificação da

atuação das mesmas, inseridas em ambiente de reality show, mais especificamente no programa Big Brother Brasil 9, retransmitido pela Rede Globo de Televisão, durante o processo de tomada de decisão, o que será visto a seguir.

4 O PAPEL DAS INFERÊNCIAS NA TOMADA DE DECISÃO NO REALITY SHOW

As inferências dialógicas, fundamentadas nas teorias de Grice (1975), Sperber e Wilson (1986/1995/2008), Levinson (2000) e Costa (2009), serão analisadas, nesse trabalho, quanto ao seu papel no processo de tomada de decisão dentro do reality show. Este tipo de programa caracteriza uma fonte inesgotável de inferências dialógicas, pois, basicamente, resume-se ao diálogo corriqueiro entre participantes do gênero.

O processo de tomada de decisão é cognitivo e inferencial e conta com fatores externos a esses, como emoção, pressão, entre outros.

No reality show definido para ser o corpus dessa pesquisa, o Big Brother Brasil 9, há inúmeros processos de tomada de decisão, dos mais diferentes tipos, como será visto mais adiante. Existem decisões tomadas pela produção do programa, pelos participantes e pelos telespectadores do reality.

A produção do programa tem como linha de decisão realizar aquilo que os telespectadores gostariam de assistir. Os participantes, por sua vez, estão divididos entre o estresse do confinamento e o fato de serem observados e julgados pelo público, 24 horas, durante aproximadamente três meses. O público decide quem permanece no programa e quem deixa a corrida pelo prêmio de um milhão de reais.

Tendo em vista que no reality show são inúmeros os processos de tomada de decisão e os processos inferências dialógicos, será descrito abaixo o gênero televisivo que é o corpus dessa análise.

4.1 REALITY SHOW - BIG BROTHER BRASIL 9

Os reality shows tiveram como precursor a série *An American Family*, transmitida em 1973 nos Estados Unidos. A série ficou famosa por acompanhar a vida de uma família americana anônima. Vários shows na Europa usaram o mesmo enredo de sucesso que acabou por popularizar-se mundialmente na década de 1990.

No Brasil pode se dizer que o primeiro dos reality shows foi o programa *No Limite*⁹ exibido pela Rede Globo em 2000. Em 2001, o SBT levou ao ar a *Casa dos Artistas*¹⁰, um fenômeno de audiência. Em 2002, surgiu o que seria mais tarde o maior expoente deste gênero no Brasil, o *Big Brother Brasil*, exibido e produzido pela Rede Globo.

Para Castro (2006), tal sucesso é atribuído a fatores diversos. Os participantes do programa convivem em uma casa, em torno de um núcleo que recorda a família, dessa forma é reforçada a idéia de algo conhecido e seguro; pessoas anônimas são confinadas na casa, gente igual à audiência do programa, ou seja, qualquer pessoa poderia estar lá, inclusive o telespectador; a forma de falar, vestir ou portar-se dos participantes é familiar a diferentes grupos sociais; o reality show traz a tona questões universais do dia a dia, como o amor, o ciúme, a amizade, a solidariedade, a inveja, a competição, entre outros.

A análise presente neste trabalho se dará sobre a nona edição do BBB. O *Big Brother Brasil 9* contou com aproximadamente 1 200 m² de área e de muito conforto, para que os participantes usufruissem de academia de ginástica, piscina, sem falar das festas semanais regadas a comes e bebes. Aproximadamente 46 câmeras e 60 microfones foram instalados em todos os cômodos da casa e na área externa.

Dezoito participantes foram selecionados para essa edição do programa, nove homens e nove mulheres, através de suas inscrições na comunidade virtual '8p' (www.8p.com.br) na internet.

Todos que desejassem se inscrever deveriam postar vídeos e fotos, além de preencherem um perfil, na sua página da comunidade virtual.

A edição de número nove do programa selecionou 18 participantes, mas apenas 14 entraram de fato na casa no dia 13 de janeiro de 2009. Os outros quatro participantes foram confinados em uma casa de vidro, construída dentro do shopping center Via Parque, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. O público teria

⁹ Em *No Limite*, aproximadamente, quinze participantes são deixados durante três meses em algum lugar deserto, sem nenhuma infra-estrutura, para serem vigiados 24 horas. O último a vencer os obstáculos da ilha ganhou meio milhão de reais. Rede Globo de Televisão. *Reality Show. No Limite*, 2000.

¹⁰ A *Casa dos Artistas* confinou catorze celebridades numa mansão cercada de câmeras e ofereceu ao vencedor um prêmio de 300 mil reais. SBT, *Casa dos Artistas*, 2001.

uma semana para decidir qual dos quatro participantes da casa de vidro entraria efetivamente na casa do BBB 9.

A casa principal do BBB, que fica no PROJAC, como é conhecida a Central Globo de Produções, nesta edição do programa, foi dividida por um muro, durante a primeira semana do programa, transformando-se, assim, em duas casas intituladas Casa (A) e Casa (B) ou Lado (A) e Lado (B).

A Casa (A) era a casa com a qual os telespectadores já estavam acostumados, luxuosa, com piscina e pátio amplo. A Casa (B) ficava em um anexo da Casa (A) e era muito pequena, resumia-se a um quarto com banheiro e uma cozinha externa. Cada uma das casas abrigou sete participantes, enviados aleatoriamente as casas. Cada um dos quatorze participantes selecionados retirava de uma urna uma bolinha com a letra (A) ou (B) e dirigia-se para a respectiva casa.

Além deste diferencial, pois essa divisão não ocorreu em nenhuma das edições anteriores do programa, existiram outros: dois participantes sexagenários foram selecionados para participarem do programa, e 'casas de vidro' foram construídas para selecionar futuros participantes para o programa.

Novidades a parte o reality continuava contando, como nas edições passadas, com a 'Prova do Líder', onde semanalmente um participante era eleito o líder, de acordo com o seu desempenho nas provas estabelecidas pela produção, ganhava a imunidade e indicava alguém a uma possível eliminação; a 'Prova do Anjo', onde, de acordo com a tarefa proposta pela produção, quem se saísse melhor poderia imunizar um participante e receber um presente (carta da família, por exemplo); e o 'Big Fone', que era um telefone disposto na sala e poderia ser atendido por qualquer um dos confinados assim que tocasse, lhes atribuindo castigos ou recompensas.

Sendo assim, durante uma semana, os catorze participantes foram separados por um muro em grupos de sete, lados (A) e (B).

O Lado (B), que era o lado menos favorecido da casa, ganhou de cara a empatia do público, por conter participantes aparentemente mais animados e entrosados.

Após a queda do muro, e a junção de todos os participantes após uma semana de separação, dois participantes, em vez de um, a pedido do público,

deixaram a casa de vidro no shopping e juntaram-se ao demais confinados na casa principal.

Algo que ocorre corriqueiramente nos reality shows é a proteção do público, que é quem comanda o futuro dos confinados, ao participante que é perseguido pelos demais, sendo mandado diversas vezes a zona de eliminação, por exemplo. Dessa forma o telespectador o defende, tornando-se seu cúmplice.

A maioria dos vencedores deste tipo de programa são aqueles que vão semanas seguidas para a berlinda¹¹ e voltam cada vez fortalecidos pela permanência na casa, que é definida pelos telespectadores a partir de ligações telefônicas e do site oficial do programa, nesse caso para votação através da internet.

Esse gênero televisivo é muito apreciado no mundo todo por possibilitar benefícios (distração, divertimento) e custo praticamente nulo.

A seguir passar-se-á à exposição dos motivos pelos quais o reality show, em especial o BBB 9, pode ser considerado uma fábrica de inferências, mas antes ver-se-á a descrição do programa em questão.

4.1.1 DESCRIÇÃO DO BIG BROTHER BRASIL 9

O programa Big Brother Brasil 9, que caracteriza, nessa análise, o gênero televisivo reality show, teve início em 13 de janeiro de 2009 e terminou em 07 de abril do mesmo ano.

Dezoito participantes entraram na disputa pelo prêmio de um milhão de reais que seria pago ao último sobrevivente da casa. Destes dezoito selecionados, catorze iriam para a casa principal do BBB 9 e os outros quatro ficaram em uma casa de vidro montada num shopping center no Rio de Janeiro aguardando por uma vaga na casa principal, vaga essa que seria definida pelo público através de votação telefônica e eletrônica (via site do BBB). A divisão dos participantes em casa de vidro e casa principal foi definida pela produção do programa.

¹¹ Condenação a possível eliminação. Rede Globo de Televisão. Big Brother Brasil, 2009.

Ao entrarem na casa principal os quatorze confinados foram divididos em lados (A) e (B). A casa principal era o lado (A) e um anexo bem menor construído no pátio da casa era o lado (B). Ambos os lados eram divididos por um muro, sendo que participantes do lado (A) não enchergavam os do lado (B) e vice-versa.

Estavam no lado (A) os participantes: Ana, Newton, Naiá, Michele, Ralf, Alexandre e Mirla. O lado (B) tinha Priscila, Max, Francine, Flávio, Norberto, Milena e Léo. Os participantes da casa de vidro eram: Josiane, Emanuel, Daniel e Maíra.

Um fato inédito ocorreu nesse BBB. Os participantes Naiá e Norberto eram sexagenários. Os demais oscilavam entre 20 e 38 anos.

O Big Brother Brasil conta com uma série de regras impostas pela produção do programa. As mais importantes serão descritas abaixo:

Prova do Líder

A Prova do Líder era realizada semanalmente (todas as quintas-feiras) e decidia quem seria o líder da semana, que teria direito a imunidade, ou seja, garantiria uma semana a mais na casa, pois não poderia ser indicado na sala de votação. Cabia ao líder determinar diretamente um dos candidatos a eliminação através de seu voto no domingo a noite (dia semanal de indicação a possíveis eliminados). Ao fazer isso o líder deveria justificar sua decisão e não poderia votar em quem também estivesse imunizado (alguém que tivesse recebido o colar do anjo, por exemplo, como será visto a seguir).

Prova do Anjo

A Prova do Anjo, assim como a Prova do Líder, era realizada através de algum tipo de competição. Quem vencesse a tarefa proposta pela produção poderia dar imunidade ao participante que desejasse, mas deveria também dar um castigo proposto pela produção a outro(s) participante(s) conforme a sua vontade. Esta prova ocorria semanalmente aos sábados.

Big Fone

O Big Fone era um telefone disposto na sala da casa do BBB 9 e poderia tocar a qualquer momento e ser atendido por qualquer participante. Geralmente o

telefone tocava semanalmente as sextas-feiras e isso era transmitido ao vivo pela Rede Globo. Ao atender o Big Fone o confinado poderia receber um castigo ou um prêmio.

Casa de Vidro

A Casa de Vidro foi criada pela produção do programa como mais uma forma de selecionar participantes para a casa principal. No BBB 9 duas casas de vidro foram montadas. A primeira, na estreia do programa, num shopping no Rio de Janeiro. Contava com quatro participantes, que passaram uma semana confinados juntos, as vistas de todos aqueles que passeavam pelo shopping Via Parque na Barra da Tijuca. Dois dos quatro participantes da casa de vidro foram selecionados, através do voto popular, para entrar na casa oficial do BBB, que fica no PROJAC, nos estúdios da Rede Globo de Televisão. A segunda casa de vidro foi construída no pátio da casa principal no BBB 9 e, durante cinco dias, dois participantes, André e Maíra Cardi, fizeram parte do projeto que pedia ao público que votasse pela permanência ou exclusão de ambos do jogo. Os telespectadores decidiram pela entrada de Maíra Cardi e André na casa principal do programa.

Quarto Branco

O Quarto Branco foi um quarto semelhante a um quarto de casa psiquiátrica, montado no pátio da casa do BBB e não podia ser visto pelos participantes. O cômodo era todo branco e suas paredes eram revestidas de espuma. Um botão vermelho, que ficava sobre um pedestal com uma sirene, estava localizado ao centro do quarto. Quem fosse ao quarto branco enfrentava o confinamento dentro do confinamento e não sabia quanto tempo passaria dentro do cômodo assustador. Foi considerado o pior castigo do Big Fone da história do BBB.



Foto 1 - Quarto Branco

Eliminação

A Eliminação do programa estava vinculada ao dia semanal da votação (Domingo). Na sala da casa todos os participantes se reuniam e para decidir quem deveria enfrentar o paredão¹². Esse processo era retransmitido ao vivo pela Rede Globo. Primeiramente, o anjo da semana imunizava alguém que, assim como o líder, não poderia ser escolhido para a berlinda no gabinete de votação, denominado confessionário. Logo após, o líder indicava alguém que já estaria automaticamente dentre os possíveis eliminados da semana. Finalmente, todos os participantes, menos o líder, dirigiam-se ao confessionário e escolhiam e justificavam por que e quem eles estavam indicando a eliminação.

Após descrever o BBB 9 em seus aspectos mais importantes segue a explicação do fato de considerar-se o reality show uma fábrica de inferências.

4.1.2 BBB 9 - UMA FÁBRICA DE INFERÊNCIAS

O BBB 9, por envolver produção, participantes e público, acaba tornando-se uma fonte inexorável de inferências dialógicas.

Há inferências que ocorrem entre:

¹² Paredão foi o nome dado pelos confinados à participação no processo de eliminação do programa, realizado pelo público. Rede Globo de Televisão. Big Brother Brasil, 2001.

Participantes, participantes e produção e participantes e público.

As inferências entre participantes e entre participantes e produção, chamar-se-ão, nessa análise, inferências dialógicas internas. As inferências entre participantes e público (telespectadores) serão chamadas de inferências dialógicas externas.

Como dito anteriormente, a produção propõem a interação dialógica entre os participantes através de provas como a Prova do Líder e a escolha do Anjo, além do Big Fone, das festas e dos passeios promovidos pelo reality, entre outros.

Para montar a teia de participantes a produção do programa busca pessoas com as quais um número abrangente de telespectadores poderão se identificar. Há gente bonita, feia, engraçada, tímida, ranzinza, esquentada, ignorante, inteligente, preguiçosa, ou seja, a produção quer de tudo um pouco para atingir a todos os públicos.

Dentre os processos propostos pela produção do programa muitos deles exigem que decisões sejam tomadas, a partir de inferências dialógicas externas e internas, como visto anteriormente. Antes da realização da análise dessa pesquisa é necessário compreender como ocorre o processo cognitivo-inferencial de tomada de decisão.

4.2 O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

O processo de tomada de decisão é bastante complexo e envolve diversas variáveis. Como então delinear as questões que envolvem tal processo?

Cada pessoa opta por intervir de acordo com questões determinadas levando em conta toda a bagagem cognitiva, cultural e emocional que possui, além do contexto onde tais questões estão situadas.

De acordo com Moura, Grossi e Hirata (2009), podem-se levantar hipóteses que norteiem a condução do processo decisivo, por meio da identificação dos antecedentes e das conseqüências do comportamento humano nas interações.

Para Angeloni (2003), dado, informação e conhecimento são elementos fundamentais para a comunicação e a tomada de decisão, mas seus significados não são tão evidentes. Eles formam um sistema hierárquico de difícil delimitação. O que é um dado para um indivíduo pode ser informação e/ou conhecimento para outro. Davenport (1998) corrobora esse ponto de vista colocando resistência em fazer essa distinção, por considerá-la nitidamente imprecisa.

Considerando a inter-relação e a difícil possibilidade de separar nitidamente o que é dado, informação e conhecimento, e consciente de sua importância para a decisão, buscar-se-á balizar os seus significados.

Os dados são elementos brutos, sem significado, desvinculados da realidade. São, segundo Davenport (1998, p. 19), "observações sobre o estado do mundo". São símbolos e imagens que não dissipam nossas incertezas. Eles constituem a matéria-prima da informação. Dados sem qualidade levam a informações e decisões da mesma natureza. Sendo o dado considerado a matéria-prima para a informação: o que são informações?

As informações são dados com significado. "São dados dotados de relevância e propósito." (DRUCKER apud DAVENPORT, 1998, p.18). "Elas são o resultado do encontro de uma situação de decisão com um conjunto de dados, ou seja, são dados contextualizados que visam a fornecer uma solução para determinada situação de decisão." (MACDONOUGH apud LUSSATO, 1991).

A informação pode assim ser considerada como dados processados e contextualizados, mas para Sveiby (1998) a informação também é considerada como algo desprovido de significado e de pouco valor. Malhotra (1993) a considera matéria-prima para se obter conhecimento.

Segundo Davenport (1998, p.19), o "conhecimento é a informação mais valiosa [...] é valiosa precisamente porque alguém deu à informação um contexto, um significado, uma interpretação [...]". O conhecimento pode então ser considerado como a informação processada pelos indivíduos. O valor agregado à informação depende dos conhecimentos anteriores desses indivíduos. Assim sendo, adquirimos conhecimento por meio do uso da informação nas nossas ações. Desta forma, o conhecimento não pode ser desvinculado do indivíduo; ele está estritamente relacionado com a percepção do mesmo, que codifica, decodifica,

distorce e usa a informação de acordo com suas características pessoais, ou seja, de acordo com seus modelos mentais.

O conceito de conhecimento possui um sentido mais complexo que o de informação. "Conhecer é um processo de compreender e internalizar as informações recebidas, possivelmente combinando-as de forma a gerar mais conhecimento." (MERTON apud GONÇALVES, 1995, p. 311).

Ao se considerar a inter-relação entre os três elementos e efetuar a análise corroborando com as pesquisas demonstradas, é possível inferir que os dados por si só não significam conhecimento útil para a tomada de decisão, constituindo-se apenas o início do processo. O grande desafio dos tomadores de decisão é o de transformar dados em informação e informação em conhecimento, minimizando as interferências individuais nesse processo de transformação.

Dotar os dados, as informações e os conhecimentos de significados não é um processo simples. Características individuais, que formam o modelo mental de cada pessoa, interferem na codificação/decodificação desses elementos, acarretando muitas vezes distorções individuais que poderão ocasionar problemas no processo de comunicação.

Para amenizar essas distorções, devemos ter consciência de que, de acordo com Davenport, 1998; Fonseca, 1997 e Lago 2001:

- a) existem diferenças entre o que queremos dizer e o que realmente dizemos; entre o que dizemos e o que os outros ouvem; entre o que ouvem e o que escutam; entre o que entendem e lembram; entre o que lembram e retransmitem;
- b) as pessoas só escutam aquilo que querem e como querem, de acordo com suas próprias experiências, paradigmas e pré-julgamentos;
- c) existem informações que os indivíduos não percebem e não vêem; informações que vêem e não ligam; informações que vêem e não entendem ou não decodificam; informações que vêem e usam; informações que procuram; informações que adivinham;
- d) o humor pode afetar a maneira de lidar com a informação;
- e) as abordagens informacionais normalmente privilegiam os atributos racionais, seqüenciais e analíticos da informação e de seu gerenciamento, em detrimento a outros igualmente importantes, senão mais, como os relacionados às abordagens intuitivas e não lineares.

Nesta mesma direção, Pereira e Fonseca salientam que:

A apreensão da informação é uma função cognitiva superior que se processa no âmbito da linguagem. Sempre que quisermos apreender mais

informações do contexto em que estamos inseridos, temos que ampliar as nossas habilidades perceptivas, porque o nosso modo de viver nos induz a um estreitamento perceptivo e a uma visão de mundo restrita e fragmentada e que as necessidades das pessoas em relação à informação mudam constantemente porque a percepção, além de ser individual, é contingente. (PEREIRA; FONSECA, 1997, p. 226)

Assim sendo, o decisor deve ter a consciência de que o maior desafio não é o de obter os dados, as informações e os conhecimentos, mas sim a aceitação de que, no processo de codificação/decodificação, as distorções ocorrem e que existem formas para amenizá-las.

É possível exemplificar a interferência das pessoas na codificação, decodificação e distorção na transformação do dado em informação, e da informação em conhecimento, pelo fato a seguir: diferentes pessoas diante de um mesmo fato tendem a interpretá-lo de acordo com seus modelos mentais, que as levam a percebê-lo de forma diferente, por exemplo, um carro BMW, último tipo, conversível, zero quilômetro, totalmente destruído em um acidente no qual o motorista bateu em uma árvore centenária derrubando-a pode ser codificado, decodificado e distorcido das maneiras que seguem.

- Algumas pessoas serão levadas a decodificar as informações baseadas em seus valores materiais: *Logo um carro tão caro! Será que ele está seguro?*
- Enquanto outras pessoas, com valores humanos mais aguçados, terão seu foco no ser humano: *Será que o acidente resultou em feridos?*
- Outras pessoas com interesses ecológicos ainda terão suas atenções voltadas ao destino da árvore centenária: *Logo nesta árvore! Não poderia ter sido em uma outra BMW?*

Estar consciente dessas e de muitas outras interferências nas lides com os dados, as informações e os conhecimentos, no processo de tomada de decisões consiste no primeiro passo para amenizá-las.

No processo de tomada de decisão, é importante ter disponíveis dados, informações e conhecimentos, mas esses normalmente estão dispersos, fragmentados e armazenados na cabeça dos indivíduos e sofrem interferência de seus modelos mentais. É quando o processo de comunicação e o trabalho em

equipe desempenham papéis relevantes para resolver algumas das dificuldades essenciais no processo de tomada de decisão.

Conforme Gutierrez (1999), pelo processo de comunicação pode-se buscar o consenso que permitirá prever a adequação dos planos individuais de ação em função do convencimento, e não da imposição ou manipulação. Pelo trabalho em equipe, pode-se conseguir obter o maior número de informações e perspectivas de análise distintas, sendo validada a proposta mais convincente no confronto argumentativo dos demais

Para alavancar a qualidade das decisões organizacionais sugere-se uma reflexão na melhoria da comunicação e no envolvimento das pessoas na tomada de decisão.

Alguns teóricos, como Davenport (1998), Nonaka e Takeuchi (1997), Stewart (1998) e Sveiby (1998), apontam um novo direcionamento da comunicação, voltado principalmente às questões relacionadas à transmissão da informação e do conhecimento organizacional. Os conceitos de dado, informação e conhecimento estão estritamente relacionados com sua utilidade no processo decisório e ligados ao conceito de comunicação. O processo de comunicação é uma seqüência de acontecimentos nas quais dados, informações e conhecimentos são transmitidos de um emissor para um receptor.

De acordo com Davenport (op. cit.), uma das características da informação consiste na dificuldade de sua transferência com absoluta fidelidade, e, sendo o conhecimento a informação dotada de valor, conseqüentemente, a transmissão é ainda mais difícil. A informação é valiosa precisamente porque alguém deu a ela um contexto, um significado, acrescentou a ela sua própria sabedoria, considerou suas implicações mais amplas, gerando o conhecimento. O conhecimento, conseqüentemente, é tácito e difícil de explicitar. “Quem quer que já tenha tentado transferir conhecimento entre pessoas ou grupos sabe como é árdua a tarefa. Os receptores devem não apenas usar a informação, mas também reconhecer que de fato constitui conhecimento.” (NONAKA apud DAVENPORT, 1998, p. 19).

Para melhorar a qualidade da comunicação, o ser humano precisa desenvolver as habilidades de se expressar e de ouvir. Normalmente as pessoas estão predispostas a defender seus pontos de vista, assim, quando um interlocutor

está falando, o outro não está atento ao que ele está dizendo, mas já está preparando a argumentação para defender seu ponto de vista, interferindo na qualidade da comunicação.

A ação comunicativa realmente ocorre quando as pessoas, livres de auto-defesas, buscam chegar a um acordo sobre determinada situação de decisão, ouvindo e respeitando outros pontos de vista. Corroborando esse ponto de vista, Gutierrez (1999, p. 38) pressupõe que "um conjunto de pessoas, com preparação intelectual, informações e interesse em chegar a um acordo, debatem todas as alternativas possíveis, até constituir um plano de ação coletivo consensual". O autor compreende que esse processo "vai das normas de educação até a ausência de desvios patológicos que possam impedir a percepção do sentido geral de uma discussão ou a revisão pessoal de comportamentos e conceitos quando confrontados com argumentos distintos".

As pessoas passam assim a contribuir no campo das decisões "quando conseguem, no processo do diálogo, colocar-se no lugar do outro e perceber, a partir desta nova perspectiva, suas razões e interesses" (PIAGET *apud* GUTIERREZ, 1999, p. 41), tornando-se fundamental destacar a importância da maturidade como elemento essencial na comunicação organizacional para a tomada de decisão.

A decisão é assim considerada como um sistema lingüístico, um processo essencialmente coletivo no qual impera a multi-racionalidade, ou anti-racionalidade, preconizada por Sfez (1984), caracterizada pela interferência das diferenças individuais na coleta e interpretação da informação, impossibilitando a existência de apenas uma decisão, ou seja, a correta. Se não existe uma única alternativa para determinada situação de decisão, onde fica a racionalidade? Para diminuir as interferências individuais, um dos caminhos sugeridos é o da decisão em equipe.

A tomada de decisão nas organizações vai exigir cada vez mais trabalhos em equipe e maior participação das pessoas. O trabalho em equipe coloca em evidência os procedimentos de diálogo baseados na idéia de que, em uma organização, a comunicação deve ser estimulada visando ao estabelecimento de um pensamento comum, conforme Angeloni (1992). O estabelecimento de um pensamento comum consiste em considerar o ponto de vista de cada um, para que

as decisões tomadas nas organizações tenham um nível de qualidade superior. O processo decisório passa então do nível individual para o nível de equipe.

Considerando que nenhuma pessoa detém todas as informações e conhecimentos organizacionais e que nem sempre estas informações e conhecimentos estão explicitados e disponíveis, fazendo com que cada um detenha apenas uma parte deles, a tomada de decisão em equipe é uma forma a ser utilizada para superar as barreiras das informações e conhecimentos parciais.

Tendo em vista tudo o que foi visto até agora: a arquitetura teórica, o conceito de inferência dialógica, a descrição do gênero televisivo reality show e uma breve verificação de Teoria de Decisão, passa-se a análise das cadeias inferenciais dialógicas e do impacto das mesmas no processo de tomada de decisão em ambiente de reality show.

4.3 ANÁLISE DAS CADEIAS INFERENCIAIS E DO IMPACTO DAS MESMAS NA TOMADA DE DECISÃO NO REALITY SHOW

Esta análise está fundamentada nas teorias inferenciais de Grice (1975), Sperber e Wilson (1986/1995/2008), Costa (2008/2009) e Levinson (2000) e visa elucidar de que maneira as inferências dialógicas semântico/pragmáticas atuam no processo de tomada de decisão em ambiente de reality show. Para tanto se utilizarão fatores como: tipos de implicaturas griceanas identificadas nos enunciados verificados; validade lógica e adequação (correção) pragmática; relevância do processo inferencial semântico/pragmático e análise do grau de relevância, seguindo Sperber e Wilson, na realização das inferências dispostas na transcrição de diálogos do programa Big Brother Brasil 9, que é o corpus dessa pesquisa.

Como visto anteriormente o reality show, em especial o BBB, é uma fonte inferencial inesgotável, pois há interação ininterrupta entre os participantes, durante meses, além das exigências de tomadas de decisão e da realização de estratégias para que os mesmos se mantenham no programa.

O processo de decisão em ambiente de reality show é complexo, pois muitas vezes os confinados devem decidir sob pressão. O processo, quanto mais

rapidamente executado, mais propenso a falhas estará. Também há as decisões pensadas, como a escolha do voto da semana¹³, possibilitando assim que os participantes observem mais antes de decidir.

Nessa pesquisa serão analisados oito diálogos entre participantes do BBB 9. Todos envolverão processo inferencial semântico/pragmático inseridos no processo de tomada de decisão. Para tanto foram selecionados momentos de decisão cruciais para o reality.

Abaixo segue a análise.

4.3.1 ANÁLISE INFERENCIAL DO BIG BROTHER BRASIL

Primeiramente será explicado o instrumento desenvolvimento para a análise dos dados dessa pesquisa. Uma tabela com as seguintes seções foi criada:

- Diálogo X: (X) é o respectivo número do diálogo na ordem estabelecida por esse estudo. Serve para indicações posteriores e a nível organizacional.
- Contexto: nessa subdivisão será descrita a conjuntura da qual as inferências dialógicas internas e/ou externas a serem analisadas fazem parte.
- Transcrição: aqui uma transcrição não técnica do diálogo poderá ser verificada, ou seja, o que de fato foi dito durante o diálogo será descrito.
- Análise: a análise está dividida em subitens:
 - a) Inferências dialógicas lingüísticas semântico/pragmáticas
 - b) Como a decisão foi tomada
 - c) Processos inferenciais que atuaram na tomada de decisão.

Dentre o item (c) poderão ser analisados aspectos das inferências dialógicas realizadas, tais como relevância, adequação pragmática, validade e fatores que

¹³ A cada semana que passa no programa os participantes são obrigados a indicar um companheiro de confinamento para que o público decida se este deve ou não sair da disputa pelo prêmio de milhão de reais. Rede Globo de Televisão, Big Brother Brasil, 2009.

atuam durante o processo inferencial. Nem todos estes aspectos estarão presentes em todas as análises e sim aqueles julgados adequados a elucidação do processo inferencial em questão e atuantes na tomada de decisão.

A seguir serão descritos os diálogos realizados em momentos decisivos do Big Brother Brasil 9, seguidos de suas respectivas análises.

QUADRO 2 – Big Brother Brasil 9. Norberto indica Max para o paredão

DÍALOGO (1)

CONTEXTO

O participante Norberto, líder da primeira semana do programa, indica Max à possível eliminação.

TRANSCRIÇÃO

Pedro Bial (apresentador do programa) diz a Norberto, líder da primeira semana do BBB 9:

- Então rei Nonô, quem você manda para o paredão e por quê?

Norberto:

- É como eu falei, o paredão vai para o Max, que é uma pessoa bem inteligente. E que contou uma história fantástica, então ele tem realmente, assim, um desenvolvimento emocional muito bom. Isso ele mostrou várias vezes. Agora, não tive outra opção, ou eu tirava a alegria do povo ou colocava o Max.

Bial:

- Ah, você ficou entre a Priscila e o Max?

Norberto:

- É, é.

Bial:

- Nem considerou botar alguém do lado A (Norberto era participante do lado B)?

DÍALOGO (1)

Norberto:

- Não.

Bial:

- Está certo. Então a justificativa é a de que o Max tem um desenvolvimento emocional muito bom?

Norberto:

- Tem, tem.

Bial:

- Esta é a justificativa?

Norberto:

- Sim.

Bial:

- Original a justificativa.

Norberto:

- Obrigado.

ANÁLISE

Norberto decide colocar Max no paredão, após uma semana de jogo e de convivência com o participante. Tanto Max quanto Norberto faziam parte do lado B da casa do BBB 9, o anexo menor que ficou no pátio da casa principal. Norberto demonstrou ter sido conquistado pela confinada Francine e esta deixou claro que se interessava por Max.

No contexto apresentado na transcrição do diálogo do reality show é possível perceber que Norberto refere-se a Max duas vezes usando a anáfora 'ele', ou seja, o dito depende da referência para 'ele', no caso Max. Norberto ainda cita 'a alegria do povo' e Bial infere que o líder refere-se à participante Priscila de maneira metafórica, o que é confirmado pelo participante. Bial também pergunta a Norberto: 'Esta é a justificativa?', e isso só foi possível porque anteriormente o apresentador havia questionado ao participante: [...] a justificativa é a de que o Max tem um desenvolvimento emocional muito bom?.

2) Como a decisão foi tomada?

É possível afirmar que a decisão de Norberto levou em conta os processos inferenciais dialógicos aliados à emoção, pois Norberto tinha sido eleito líder pelos participantes do lado B, dentre esses Max, e demonstrava empenho em conquistar Francine, que já se dizia conquistada por Max. Este último fator parece ter se sobreposto ao primeiro, influenciando no processo de tomada de decisão de Norberto, que deveria mandar alguém para uma possível eliminação, pois era o líder da semana.

3) Processos inferenciais que atuaram na tomada de decisão:

Os processos inferenciais dialógicos semântico/pragmáticos foram responsáveis, em grande parte, pela tomada de decisão de Norberto, bem como a emoção. As informações armazenadas na memória de Norberto sobre Max (conhecimento prévio, referente à convivência de ambos durante uma semana), unidas à obrigação de enviar alguém à possível exclusão do jogo, fizeram com que o líder indicasse Max.

a) O quê foi relevante?

Norberto levou em conta, ao inferir, que, se Max saísse do jogo, suas chances com Francine aumentariam. Esta relação foi relevante para ele, atuando, dessa forma, no seu processo de tomada de decisão.

b) Houve adequação?

Houve adequação. A Categoria de Relação griceana foi mantida e o Princípio de Relevância de Sperber e Wilson respeitado. Além da adequação contextual.

Fonte: Rede Globo de Televisão, Big Brother Brasil, 2009

QUADRO 3 – *Big Brother* Brasil 9. Milena vence a Prova do Anjo

DIÁLOGO (2)

CONTEXTO

Milena vence a Prova do Anjo e imuniza Max, livrando-o da eliminação, o que garante ao participante mais uma semana na casa do BBB 9.

TRANSCRIÇÃO

Bial pergunta a Milena antes do início das indicações à berlinda:

- Milena, para quem você dá a imunidade?

Milena:

- Vai ser para o Max, que é uma pessoa que eu adoro e, além do mais, eu acho que ele já foi duas vezes ao 'paredão' e chega para ele por enquanto. E é para ele.

ANÁLISE

A participante Milena, vencedora da Prova do Anjo, decide imunizar Max.

1) Inferências dialógicas lingüísticas semântico/pragmáticas

Milena imuniza Max e é possível perceber que a participante utiliza a conjunção 'que' para antecipar uma justificativa, como uma conjunção explicativa. Milena utiliza o anafórico 'ele' para referir-se a Max. Ambas as situações evidenciam a participação das inferências lingüísticas semântico/pragmáticas durante o processo decisório. A participante ainda utiliza 'e' em 'e chega para ele por enquanto' como uma espécie de conjunção coordenativa conclusiva, ou seja, é utilizado para unir, a uma oração anterior, outra oração que exprime conclusão ou consequência.

2) Como a decisão foi tomada?

Como Milena afirma na transcrição exposta acima sua decisão foi tomada fundamentada no fato de Max ter ido duas vezes seguidas ao paredão, nas duas semanas anteriores a semana em questão. Max e Milena eram amigos, ambos pertenceram ao lado B do jogo durante a primeira semana de confinamento. O anjo da semana quis proteger o amigo, exposto a eliminação nas duas semanas anteriores. Logo, conhecimento prévio, emoção e o processamento inferencial foram fatores atuantes na decisão de Milena, lembrando sempre que o processo de tomada de decisão é bastante complexo e envolve diversas variáveis.

3) Processos inferenciais que atuaram na tomada de decisão:

Milena fez o seguinte cálculo dedutivo:

Eu sou o anjo da semana/ Posso imunizar alguém/ Meu amigo (Max) já correu o risco de ser eliminado duas vezes/ Irei imunizá-lo/ Dessa forma ele não correrá esse risco.

Ao inferir dessa forma, Milena, baseada em sua amizade com Max, crê ser relevante tomar a decisão de imunizar o participante.

a) O quê foi relevante?

É preciso deixar claro que há um intervalo de aproximadamente dois dias entre receber o anjo e dar o anjo a alguém. Sendo assim, Milena teve tempo e tranqüilidade para tomar sua decisão. Relevante, nesse caso, foi a relação estabelecida por Milena entre poder ajudar um amigo e fazê-lo.

b) Houve adequação?

Sim. Milena inferiu pragmaticamente de maneira adequada (correta), coerente com o contexto no qual estava inserida.

QUADRO 4 – Big Brother Brasil 9. Quarto Branco

DIÁLOGO (3)

CONTEXTO

Quarto branco: o castigo mais polêmico do Big Fone

Um quarto branco foi montado nas instalações do Big Brother Brasil. Era semelhante a um quarto de sanatório. As paredes eram revestidas de espuma branca e tudo dentro do quarto, a não ser a lâmpada e um botão vermelho no centro do cômodo, era branco. Um banheiro químico foi montado no quarto para que quem estivesse lá dentro o utilizasse. Os participantes não podiam enxergá-lo e eram conduzidos a ele, se fosse o caso, através de um túnel.

Ao atender o segundo telefonema do Big Fone, Newton teve de indicar dois participantes e se submeterem a um castigo que ele só ficaria sabendo dias mais tarde, ou seja, Newton indicou duas pessoas a um castigo e sem saber que este castigo seria o quarto branco, até então desconhecido pelos participantes e pelo público.

As regras eram simples: os três estariam confinados no quarto por um período indefinido de tempo, devendo usar macacões brancos enquanto lá estivessem. Eles poderiam sair desse confinamento dentro do confinamento, como nas palavras do apresentador Pedro Bial, a qualquer momento, bastando que apertassem o botão vermelho do pedestal central. Com um efeito colateral: quem o fizesse estaria automaticamente eliminado do programa. Os outros dois estariam livres do castigo. Outra saída seria se Alexandre, indicado pelo trio ao paredão, fosse eliminado na votação da terça-feira seguinte, dali a três dias, sendo assim, nenhum dos três participantes confinados no quarto branco deixaria o programa.

TRANSCRIÇÃO

O big fone toca e Newton corre para atendê-lo. O Big Fone diz:

- Atenção! Você deverá escolher mais dois participantes para receber um castigo no momento da votação. Após a prova da comida, deverão usar uma roupa branca até a hora do anúncio. Guarde esse segredo. Escolha dois participantes para receber o castigo com você no Domingo. Todos podem ser escolhidos. Eles deverão também usar a roupa branca, mas não poderão saber do que se trata. Indique imediatamente os outros dois nomes.

Newton:

- Ralf e Léo.

ANÁLISE

O participante Newton foi levado a tomar uma decisão sob pressão de tempo. Teve de decidir, logo após atender o Big Fone, quais dois participantes deveriam tomar junto dele um castigo a ser descoberto três dias após o telefonema.

1) Inferências dialógicas lingüísticas semântico/pragmáticas

Newton informou seqüencialmente durante o programa que não havia prestado atenção a palavra 'castigo' dita pelo Big Fone e que por esse motivo teria indicado o participante Léo, visivelmente estressado devido ao confinamento, a participar da prova proposta pela produção, o que foi prejudicial para Newton depois da decisão tomada. O Big Fone disse ainda 'todos podem ser escolhidos'.

2) Como a decisão foi tomada?

Newton teve aproximadamente um minuto para tomar sua decisão, condição que não lhe permitiu fazê-la de forma totalmente adequada. Newton não levou em conta, por exemplo, o fato do participante Léo, um dos indicados ao castigo, estar extremamente estressado com o confinamento.

3) Processos inferenciais que atuaram na tomada de decisão:

Para tomar tal decisão, Newton realizou o seguinte processo dedutivo:

Devo escolher duas pessoas para tomarem um castigo comigo/ Ralf e Léo são meus amigos/ Amigos são compreensivos/ Ralf e Léo irão compreender minha decisão

O processo inferencial de Newton, realizado sob pressão de tempo, não relacionou a palavra 'castigo' dita pelo Big Fone ao estresse sofrido por Léo e conhecido pelos confinados e pela maioria dos espectadores do BBB 9.

a) O quê foi relevante?

Newton estabeleceu, num primeiro momento, que também foi o momento da decisão, que mais relevante seria indicar amigos e ser compreendido posteriormente.

b) Houve adequação?

Há adequação nos argumentos erigidos por Newton durante o processo de tomada de decisão. A correção do argumento neste, e nos demais casos dessa análise, se dá a partir da noção de correção da Lógica lato sensu, que, de acordo com Costa (2008/2009), ao tratar de linguagem natural, leva em conta o contexto para avaliar se determinado processo é ou não considerado adequado/correto. Passa p outro lugar, um rodapé talvez

Fonte: Rede Globo de Televisão, Big Brother Brasil, 2009

QUADRO 5 – Big Brother Brasil 9. Prova-surpresa das placas

DIÁLOGO (4)

CONTEXTO

Prova-surpresa das placas. Uma urna contendo treze placas com adjetivos foi levada a sala, onde estavam os treze participantes. Cada participante deveria retirar um adjetivo e decidir a quem dá-lo. Ao final da prova, mas sem saber disso durante a realização da mesma, quem tivesse o maior número de adjetivos poderia escolher outro confinado para participar de um almoço italiano que seria preparado e servido no jardim da casa.

TRANSCRIÇÃO

Bial indica o início da prova. Da esquerda para a direita, cada um dos participantes deveria por a mão na urna e retirar uma placa aleatoriamente, entregando-a a quem desejasse.

Naiá retirou *mentiroso* (a) e entregou a Ralf. Ana tirou o adjetivo *fútil* e deu a qualidade a Josiane. Maíra tirou *confiável* e deu a Mirla. Mirla retirou *compreensivo* (a) e entregou a Naiá. Josiane tirou da urna o adjetivo *preguiçoso* (a) e deu a Francine. André tirou *amigo* (a) e entregou a Max. Priscila retirou *sujinho* (a) e deu a André. Flávio sacou da urna *egoísta* e entregou a placa a Ana. Ralf tirou *fofoqueiro* (a) e deu a Naiá. Milena retirou *confiável* e deu a Priscila. Francine sacou *invejoso* (a) e entregou a Flávio. Max tirou *solidário* (a) e passou a placa a Flávio. Por fim, Emanuel sacou *pegajoso* (a) e deu a Priscila.

Naiá e Flávio empataram em número de adjetivos recebidos, ganhando duas placas cada um, e escolheram Ana e Max, respectivamente, para participar do almoço italiano, então anunciado.

ANÁLISE

Nesse caso específico, todos, os participantes da casa tiveram de decidir sob pressão de tempo e de estresse, pois deveriam atribuir qualidades e defeitos aos demais, assim que a placa fosse sacada da urna.

1) Inferências dialógicas lingüísticas semântico/pragmáticas

Nessa prova os adjetivos tiveram uma função basilar. Os participantes ao recolher um adjetivo deveriam identificá-lo e passá-lo àquele com o qual a qualidade em questão tivesse maior afinidade. O conhecimento do significado do adjetivo, bem como, a adequação ao contexto da prova, garantiram as inferências semântico/pragmáticas do processo.

2) Como a decisão foi tomada?

As decisões foram tomadas fundamentadas nas primeiras impressões causadas pela leitura da qualidade grifada na placa e a relação da mesma com algum participante. Também se leva em conta o fato de os participantes carregarem toda a bagagem cognitiva, cultural e emocional que possuem. A decisão rápida é quase instintiva.

3) Processos inferenciais que atuaram na tomada de decisão:

O processo inferencial que atuou durante a tomada de decisão de cada um dos participantes foi a realização de relação rápida entre a qualidade atribuída pela placa e maior identificação da mesma com um jogador específico, de maneira quase intuitiva.

a) O quê foi relevante?

Cada participante inferiu de acordo com um cálculo dedutivo próprio, buscando ser o mais relevante possível, num curto espaço de tempo e sob a pressão de ser obrigado a atribuir qualidades e defeitos a outro jogador, o que caracteriza uma situação embaraçosa e desconfortável.

b) Houve adequação?

A adequação foi mantida durante o processo inferencial semântico/pragmático de acordo com o contexto para decisão apresentado aos participantes do reality show no momento especificado.

Fonte: Rede Globo de Televisão, Big Brother Brasil, 2009

QUADRO 6 – Big Brother Brasil 9. Formação de paredão

DIALOGO (5)

CONTEXTO

Formação de paredão. Os participantes elegem no confessionário quem deve encarar a berlinda da semana e deixar o programa e a disputa pelo prêmio de um milhão de reais. Todos os confinados estão reunidos na sala. Bial pede a Francine, anjo da semana, que indique o participante a ser imunizado. Francine imuniza Ana, que não poderá ser votada no confessionário, bem como a líder da semana Milena. Bial pede a líder Milena que indique alguém à berlinda e esta escolhe Josiane. A votação é iniciada.

TRANSCRIÇÃO

Bial pede a Josiane que se dirija ao confessionário e lhe pergunta:

- Para quem vai o seu voto e por quê?

Josiane:

- Meu voto hoje vai para uma pessoa que eu sempre admirei muito a postura, acho uma pessoa muito sensata, só que assim, me admira um pouco ser assim uma pessoa tão fria o tempo todo, não é? Não demonstrar as emoções, isso me assusta um pouco, eu acho que todo mundo tem seu lado frágil, e é o Max, então eu vou indicar ele. É uma pessoa que eu admiro desde o início, mas tem me incomodado um pouquinho, essa coisa de ficar sempre muito fechado e ele não está mais tão próximo como ele era antes. É isso.

Josiane deixa o confessionário. O próximo a entrar no gabinete de votação é Max.

Bial:

- Max, para quem vai o seu voto e por quê?

Max:

- Bial, eu vou na Naiá. Adoto uma nova estratégia. Eu tinha, no início do programa, a idéia de eliminar aqueles que eu considerava mais fracos, menos comprometidos, e agora, daqui por diante, eu vou naqueles que eu considero fortes e a Naiá, em meu ver, é uma candidata muito forte e o meu voto é nela.

Max deixa o confessionário e Naiá dirige-se a ele.

Bial:

- Naiá, em quem você vota e por quê?

Naiá:

- Eu voto no Max, porque como eu já disse outras vezes ele é o que está jogando mais aqui. E só por causa disso, mas eu gosto muito dele.

Naiá deixa a sala de votação e Francine entra.

Bial:

- Francine, em quem você vota e por quê?

Francine:

- Ah Bial, eu não sei em quem eu vou votar, porque eu me aproximei do grupo e me aproximei muito essa semana da Naiá e não queria votar nela, mas não sei o que eu vou fazer [...]. Vou votar nela.

Bial:

- Vai votar na Naiá?

Francine:

Francine sai do confessionário e é a vez de Ana votar.

Bial:

- Ana, em quem você vota e por quê?

Ana:

- Bom, eu tinha várias pessoas para votar, o Flávio, o Max [...]. Só que a Priscila ficou esperando o Big Fone ali, já é a segunda vez, e eu senti um quê, não sei, de maldadezinha, sabe? E eu vou votar nela por isso.

Ana deixa o gabinete de votação e entra Priscila.

Bial:

- Priscila, em quem você vota e por quê?

Priscila

- Eu vou pelo meu coração. Eu vou pela primeira vez votar em um dos nossos (grupo B) que é o Max. Porque tiveram algumas atitudes da parte dele, assim, que eu não achei muito bacana. Deixou-me muito na dúvida com relação a jogo, personalidade [...]. Então meu voto é nele.

Priscila deixa o confessionário e Flávio, o último a votar, entra para dar sua indicação.

- Bial:

- Flávio, em quem você vota e por quê?

Flávio:

- Eu voto na Naiá, acredito que o meu voto não seja nenhuma surpresa, porque eu tive problema com ela, no aspecto da minha palavra. Ela tinha me pedido uma explicação no domingo passado e no outro dia, quando teve o Jogo da Verdade¹⁴, me apontou, dando a entender que não adiantou nada a minha explicação para ela. Isso me machucou muito e junto a isso eu sinto que ela, de repente, usou a força da Ana, que já voltou de vários paredões e é muito querida pelo público, para criar propositalmente um confronto do tipo 'são vocês (lado B) contra nós (lado A)'. Isso realmente me incomodou. O meu voto é para ela por isso.

ANÁLISE

1) Inferências dialógicas lingüísticas semântico/pragmáticas

Em seu diálogo Josiane usa a conjunção adversativa 'mas' dando a entender àqueles que inferiam (telespectadores) que após relacionar qualidades do participante Max iria referir um possível defeito do participante.

Ao justificar seu voto Max enuncia 'adoto uma nova estratégia', o que torna inferível que Max tinha uma estratégia antiga e que Max vai mudar de estratégia. Essa inferência é possível por causa do conhecimento do significado do adjetivo 'nova'.

¹⁴ O Jogo da Verdade foi promovido pela produção do BBB 9 e foi ao ar ao vivo em uma segunda-feira. Nele Bial fazia perguntas aos participantes que deveriam responder a verdade. Quando Bial perguntou a Naiá quem ela achava que estava 'jogando' (num termo pejorativo da palavra) a participante apontou Flávio como um dos jogadores da casa. Big Brother Brasil 9, 2009.

Naiá diz o motivo pelo qual vai indicar Max e em seguida fala 'é só por causa disso' (fato do Max ser jogador em sentido pejorativo), utilizando 'só' no sentido do advérbio somente, o que leva o público a inferir que Naiá não tinha nenhum outro motivo para votar em Max.

Ainda é possível perceber que Francine refere-se anaforicamente a Naiá, referida anteriormente pela participante durante o diálogo, utilizando 'nela', que é a contração da preposição 'em' com o pronome pessoal 'ela'. Bial certifica-se de ter inferido corretamente perguntando a Francine se ela iria realmente votar em Naiá e a participante afirma que sim.

Ana diz no confessional que poderia votar em diversas pessoas 'só que' não gostou de uma atitude da Priscila então votará nela. O 'só que', neste caso, tem o sentido da conjunção adversativa 'mas', pois estabelece oposição ou diferença no andamento do diálogo.

Priscila utiliza 'nossos' referindo-se ao lado B da casa, do qual ela e Max fizeram parte na primeira semana do reality. O significado semântico de 'nossos' e a situação pragmática em questão permitiram a realização de tal inferência.

Flávio utiliza diversas vezes a referência anafórica 'ela' ao justificar seu voto em Naiá. Quatro vezes usa o pronome pessoal 'ela' e uma vez usa 'dela' que é a contração da preposição 'de' com o pronome pessoal 'ela'. As referências anafóricas foram perfeitamente inteligíveis, pois são corriqueiras no uso cotidiano da linguagem.

2) Como a decisão foi tomada?

As decisões foram tomadas com base em informações, que de acordo com Davenport (1998) são o encontro da decisão de situação com o conjunto de dados, ou seja, dados contextualizados, armazenadas cognitivamente pelos participantes. Dependendo do tempo de convivência os participantes podem ter semanas e até mesmo meses para decidir quem indicarão ao paredão e por que o farão. O fato de indicarem no confessional o nome do participante eleito à possível eliminação garante uma condição segura de jogo a todos, menos ao líder. Ambas as condições expostas acima podem garantir a possibilidade de uma escolha cognitiva adequada durante o processo de tomada de decisão.

3) Processos inferenciais que atuaram na tomada de decisão:

Provavelmente muitos fatores atuaram na realização do processo inferencial. As informações armazenadas cognitivamente pelos participantes, bem como as suas preferências, o estado de humor, a noção de correção e relevância, entre outros. Isso mostra que o processo inferencial é peculiar ao indivíduo que o realiza, ou seja, extremamente complexo.

a) O quê foi relevante?

Nesse processo inferencial dialógico interno (entre produção e participantes) foi levada em conta a relação:

Devo indicar alguém à eliminação/ Devo indicar quem deu motivos mais pertinentes à eliminação/ Farei isso,

É provável que tal cálculo dedutivo tenha sido realizado por todos os confinados durante o processo de decisão. Isso garantiu uma provável boa relação custo/benefício (indicar alguém: alto custo/ eliminar alguém: alto benefício).

b) Houve adequação?

A adequação do processo inferencial foi assegurada, visto que nada de anormal, como visto em Levinson (2000), ocorreu durante o processo cognitivo dos participantes e o contexto em que se inseria foi levado em conta.

Fonte: Rede Globo de Televisão, *Big Brother* Brasil, 2009

QUADRO 7 – Big Brother Brasil 9. Max e Ana no paredão

DIALOGO (6)

CONTEXTO

Participantes Max e Ana pedem ao público que os deixem permanecer na casa, após serem indicados à eliminação.

TRANSCRIÇÃO

Pedro Bial diz a Ana e a Max (participantes na berlinda):

- Quando eu disser 'já' vocês vão ter 30 segundos para dizer por que merecem ficar na final do Big Brother Brasil.

Ana dirige-se ao gabinete de votação e pede ao público por sua permanência:

- Bom, gente, vocês sabem da minha trajetória aqui, esse é o meu sexto paredão e eu queria muito que vocês me deixassem na casa para eu ir à final. Eu sou eu mesma aqui o tempo todo. Espero que vocês tenham gostado, eu errei, eu acertei, eu tenho qualidade e tenho meus defeitos, eu estou muito explícita, eu estou aqui, eu sou inteiramente eu, e por isso eu peço muito o voto de vocês, para vocês me deixarem na casa e me ajudem a realizar o meu sonho de ir para a final e de tentar ganhar um milhão de reais.

Encerrado o pedido de Ana, Max dirige-se ao gabinete e intercede ao público para que decida por sua permanência na casa:

- É isso aí gente, bem feliz de ter chegado até aqui, foi o meu princípio inicial chegar entre os finalistas, mas é isso, eu tenho certeza que eu plantei boas sementes aqui e são vocês que decidem, que vão decidir, se a minha colheita é proveitosa, se vai ser legal ou não. Nossa, eu estou muito nervoso! Mas o que vier vai vir de bom grado. Eu estou muito feliz de ter chegado até aqui, até então, e é isso. Vamos embora galera, vamos que vamos!

ANÁLISE

Na última semana do BBB 9 Max e Ana se enfrentaram na competição e o público decidiu que Max deveria permanecer na casa.

1) Inferências dialógicas lingüísticas semântico/pragmáticas

Ana usa 'vocês' falando diretamente aos telespectadores e referindo-se a eles, por tanto. O significado semântico de 'vocês' capacita a ocorrência dessa inferência, bem como a situação em questão (contexto). Max, por sua vez, em seu diálogo com o público utiliza metáforas e apela para o emocional, como no trecho 'eu tenho certeza que eu plantei boas sementes aqui e são vocês que decide que vão decidir, se a minha colheita é proveitosa, se vai ser legal ou não'. Ambos iniciam seus diálogos com a palavra 'gente', que traz certa aproximação com o público embutida em si.

2) Como a decisão foi tomada?

O público decidiu pela permanência de Max, dando ao participante 58% da preferência. Isso ocorreu por fatores diversos, a começar pelo fato de Max ter sido do lado B no início do programa, que foi a casa que conquistou a simpatia do público, e o primeiro participante a ir para a berlinda no primeiro paredão do jogo, tendo sido indicado por Norberto, como visto anteriormente. Além disso, Max sempre teve uma postura equilibrada, positiva e bem humorada durante o programa, o que também cativou os telespectadores. O participante construiu amizades e viveu um romance durante o confinamento, o que também atraiu a atenção do público.

Max sempre teve uma postura confiante e coerente, tinha um objetivo traçado e isto estava claro para o público, que o considerava um bom jogador e pela primeira vez na história do BBB alguém que jogou abertamente foi bem aceito pelos telespectadores.

3) Processo inferencial que atuou na tomada de decisão:

As inferências, nesse caso, são externas, ou seja, dos participantes para o público. Os telespectadores construíram inferências dialógicas externas, de acordo com o contexto proporcionado, durante três meses de confinamento, pelos participantes Max e Ana.

a) O quê foi relevante?

A comunicação ostensivo-inferencial de Max foi mais relevante para o público, que decidiu por sua permanência na casa. As informações armazenadas na memória daqueles que acompanhavam o programa, sobre esse contexto específico, intervieram a favor de Max, o que garantiu sua permanência na casa. O que Ana e Max realizaram durante o programa foi o que fundamentou a decisão do público. É possível supor então que Max realizou inferências dialógicas externas, para o público, mais relevantes do que as inferências que Ana desempenhou.

b) Houve adequação?

Nesse caso houve adequação ao contexto, por parte do público que decidiu e inferiu neste processo. Por tanto, houve correção pragmática durante o processo inferencial, adequado àquilo que lhe foi solicitado.

QUADRO 8 – Big Brother Brasil 9. A vitória de Max no BBB 9

DIÁLOGO (7)

CONTEXTO

A vitória de Max no BBB 9: participante leva pra casa um milhão de reais
Max vence o reality show com 34,85% de aceitação do público, ou seja, 15.682.500 de votos.

TRANSCRIÇÃO

Os três finalistas, a um dia da final, enfrentaram um detector de mentiras ao responderem perguntas feitas por Pedro Bial no confessionário. O primeiro participante que se dirigiu ao local foi Francine.

Bial para Francine:

- Quais são as maiores qualidades e acertos do Max?

Francine:

- Eu acho que ele tem uma visão muito boa, ele é muito observador aqui dentro do jogo, não é?

Muito observador, fez as coisas certas aqui, no sentido do jogo, só observando. Ele é muito bom nisso. (detector acusa verdade)

Bial:

- E quais são os maiores erros e defeitos do Max?

Francine:

- Eu acho que ele, por ser uma pessoa fechada, recebeu muitos votos aqui dentro da casa, por ele não se abrir com mais pessoas. (detector acusa verdade)

Bial:

- Quais são as maiores qualidades e acertos da Priscila?

Francine:

- A Priscila é muito firme no que ela fala, ela é uma menina muito batalhadora, é isso. (detector acusa verdade)

Bial:

- E quais são os maiores erros e defeitos da Priscila?

Francine:

- É colocar em primeiro lugar a exposição do corpo dela (detector acusa não tem certeza), achando que isso é uma coisa forte pra ela e não é (detector acusa verdade), não é. O forte dela é o que ela tem dentro dela. São as características dela, a personalidade dela. (detector acusa verdade)

Francine volta para a sala e Max é o segundo participante a enfrentar o detector de mentiras.

Bial diz para Max:

- Quais são as maiores qualidades e acertos da Francine?

Max:

- O mais legal da Francine é a irreverência dela, eu acho que foi o que a conduziu, foi um bom caminho que ela seguiu aqui dentro, a escolha da irreverência. (detector acusa verdade)

Bial:

- E quais são os maiores erros e defeitos da Francine?

Max:

- A impulsividade. Eu acho que ela não conseguiu, em certos momentos, contar até dez antes de dizer ou de fazer certas coisas. Acho que a impulsividade dela atrapalhou em alguns momentos aqui dentro. (detector acusa mentira)

Bial:

- Quais são as maiores qualidades e acertos da Priscila?

Max:

- A qualidade da Priscila é a sinceridade dela (detector acusa verdade), a perseverança dela (detector acusa não tem certeza), me identifico com ela bastante nesse sentido. (detector acusa verdade)

Bial:

- E quais são os maiores erros e defeitos da Priscila?

Max:

- Nesse caso, também a sinceridade (detector acusa verdade). A sinceridade é uma faca de dois gumes e com certas coisas temos que ter um pouco de diplomacia (detector acusa mentira). A verdade, muitas vezes, as pessoas não conseguem entender muito bem. (detector acusa verdade)

Max volta para a sala e Priscila dirige-se ao confessionário.

Bial diz a Priscila:

- Quais são as maiores qualidades e acertos do Max?

Priscila:

- Qualidade? Eu acredito que ele tem um bom coração e ele é simples, coisa que eu gosto muito.

Bial:

- E quais são os maiores erros e defeitos do Max?

Priscila:

- Defeito... É aquela coisa que eu já tinha falado, eu acho que ele entrou querendo fazer um personagem e não mostrou o verdadeiro Max. Esse eu achei um grande defeito. (detector acusa verdade).

Bial:

Quais são as maiores qualidades e acertos da Francine?

- Da Francine? A Francine, eu acho ela engraçada, não é? Porque ela faz isso sempre, então eu acho que sempre quando você vai pedir um conselho para ela, ela vem fazendo uma gracinha. (detector acusa verdade) E isso favorece, assim, conforta, eu acho isso bacana. (detector acusa verdade)

Bial:

- E quais são os maiores erros e defeitos da Francine?

Priscila:

- Defeito? Eu acho, ela muito imatura, acho assim, que tem muita coisa que ela tem que aprender (detector acusa verdade), muita coisa que ela tem que viver. (detector acusa mentira). É o ciúme não é? É complicado. (detector acusa verdade)

ANÁLISE

Aqui, novamente, as inferências dialógicas são externas, dos participantes para o público. Após aproximadamente três meses de confinamento o público deveria decidir que merecia vencer o reality.

1) Inferências dialógicas lingüísticas semântico/pragmáticas

Pedro Bial pede aos participantes finalistas que citem qualidades e defeitos uns dos outros. Tais adjetivos (qualidade/defeito) levaram os participantes a fazer inferências determinadas de acordo com o significado semântico e das qualidades em questão e com o contexto no qual estavam inseridos.

Francine utiliza 'eu acho' permitindo ao público implicar que então ela não tem certeza. A participante faz uma declaração e encerra com 'é isso' que, nesse caso, é uma expressão utilizada para encerrar a colocação. Aqui o semântico e pragmático que referem a 'é isso' se fundem claramente, pelo fato de tratar-se de uma expressão compartilhada pelos falantes do Português do Brasil, logo, há uma forte aproximação entre contexto e significado.

Após Francine, é a vez de Max, que novamente apela para as metáforas em seu discurso 'a sinceridade é uma faca de dois gumes', fazendo, dessa forma, com que o público infira lingüística e emocionalmente.

Já Priscila faz uma referência anafórica ao utilizar o pronome demonstrativo 'esse' para referir-se 'a entrar querendo fazer um personagem e não mostrar o verdadeiro Max'.

2) Como a decisão foi tomada?

Embasados por três meses de dados, informações e conhecimentos, de acordo com Davenport (1998), e tendo em vista o papel da identificação do público com o participante, Max levou para casa um milhão de reais. O jogador, desde o início mostrou-se seguro, convicto, coerente e bem-humorado, qualidades enaltecidas pelos telespectadores desta edição do BBB, que transformaram a sua imagem de vencedor em um vencedor de verdade. Max se comunicava com o público, muitas vezes, através de metáforas, o que aflorava o lado emocional do decisor.

3) Processos inferenciais que atuaram na tomada de decisão:

Mais de quinze milhões de pessoas realizaram, aproximadamente, o cálculo dedutivo que segue:

Posso decidir quem vai ganhar um milhão de reais/ O prêmio poderá ser dado ao participante de minha preferência/ Votarei no participante de minha preferência/ Dessa forma ele poderá vencer o jogo

Entenda-se por preferência, exposto acima no cálculo, algo subjetivo, peculiar a cada indivíduo, como, por exemplo, o fato de identificar-se mais com algum participante ou fato de ser parente próximo de determinado participante, entre muitos outros.

a) O quê foi relevante?

Relevante aqui é justamente a questão da preferência exposta acima. Foi eleito pelo público o participante que levou o maior número de votos, que mobilizou um maior número de pessoas a votar nele, por motivos diversos, particulares, de cada um dos indivíduos que votou e elegeu o vencedor do programa.

b) Houve adequação?

A adequação, nesse caso, foi assegurada pela realização de um processo semelhante que abarcou cerca de quinze milhões de pessoas, fazendo-as decidir por apenas um vencedor, o que fora proposto pela produção do programa.

Fonte: Rede Globo de Televisão, Big Brother Brasil, 2009

Tendo analisado os sete diálogos expostos acima é possível realizar inúmeras considerações, tendo em vista a complexidade do objeto analisado, sobre a atuação de inferências dialógicas semântico/pragmáticas durante o processo de tomada de decisão. Seguem as considerações finais mais pertinentes àquilo que se desejou fazer nessa análise.

É importante salientar que essa amostra caracteriza instâncias de um processo abrangente, que busca uma generalidade subjacente as mesmas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto na análise, as inferências dialógicas lingüísticas semântico/pragmáticas foram analisadas de acordo com as teorias inferenciais de Grice (1975), Sperber e Wilson (1986/1995/2008), Levinson (2000) e Costa (2008/2009).

A partir da realização dessa análise é possível considerar fatores diversos. Pode-se, por exemplo, dizer que os diálogos são como coletadores de dados, informações e conhecimentos, de acordo com Davenport (1998), que fundamentam o processo de tomada de decisão, pois quando há diálogo, há troca dos elementos mencionados.

Também é possível afirmar que o processo inferencial semântico/pragmático é corriqueiro em linguagem natural. É difícil separar totalmente essas duas interfaces internas da Linguística, que parecem estar intrinsecamente relacionadas no uso da linguagem, como exposto no quadro nove da análise ao verificar a expressão 'é isso'.

É interessante e visível que o Cálculo Dedutivo, proposto por Grice, e o Princípio da Relevância, de Sperber e Wilson, são processos inferenciais atuantes na de tomada de decisão, que leva em conta muitos outros fatores, e é extremamente complexa.

As noções de adequação e relevância, de acordo com Costa (2008/2009), são mantidas durante todos os processos decisórios analisados nessa pesquisa. O argumento adequado e relevante, nesse caso, é correto e relevante dentro de determinado contexto e não precisa, necessariamente, ser logicamente¹⁵ válido.

Tendo em vista tudo o que foi realizado até então, é possível concluir que o processo inferencial dialógico semântico/pragmático está vinculado à tomada de decisão se for atribuído a ele, e não apenas a ele, uma forma de coleta de dado (matéria-prima para a informação), informação (dado contextualizado) e conhecimento (informação processada pelo indivíduo), que fundamenta a teoria de decisão proposta por Davenport (1998). E que tal processo serve para algo muito

¹⁵ No sentido da Lógica Clássica.

importante que é entender o significado global dos diálogos utilizando, para isso, a Semântica e a Pragmática.

Crê-se que o objeto construído por essa análise seja relevante para as disciplinas da interface em questão, interface externa lingüístico-cognitivo-comunicativa e interface interna semântico-pragmática, por abordar a importância da interdisciplinariedade da Linguística na construção de objetos complexos e adequados, com foco na descrição e na explicação dos fatos.

Tendo em vista as análises realizadas é possível afirmar que inferências dialógicas semântico/pragmáticas atuam no processo de tomada de decisão em ambiente de reality show.

REFERÊNCIAS

ANGELONI, Maria Terezinha. **Elementos Intervenientes na Tomada de Decisão**. Ciência da Informação. v. 32, n.1, Brasília: UNB, 2003.

———. **Technologies de transmission de l'information et consequences sur le processus des decisions des organizations**. Grenoble: Mémoire de DEA. École Superieure des Affaires, 1992.

ARGYRIS, Chris. **Overcoming Organizational Defenses**. Prentice Hall, 1990.

BROWN, Gillian; YULE, George. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CHOMSKY, Noam. **Reflections on Language**. New York: Pantheon, 1975.

CLARK, Herbert H; CARLSON, Thomas. **Context for Comprehension**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

CARSTON, Robyn. **Implicature, explicature, and truth-theoretic semantics**. In: KEMPSON, Ruth. *Mental representations: the interface between language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CASTRO, Cosette. **Por que os Reality Shows Conquistam Audiências?** São Paulo: Paulus, 2006.

COSCARELLI, C. V. **Inferência: Afinal o que é isso?** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

COSTA, J. C. **A Teoria Inferencial das Implicaturas: Perspectivas e Limitações do Modelo Clássico de Grice**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/letras/pos/logica/limitac.html>>. Acesso em 12 dez. 2008.

———. **Ciências da Linguagem**. Disponível em: <<http://www.jcamposc.com.br/inovacaoeinterdisciplinaridade.ppt#2561>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

———. **Comunicação e Inferência em Linguagem Natural**. Disponível em: <<http://www.jcamposc.com.br/Inferenciaecomunicacao.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2008. 112

———. **Linguagem e Inferência**. Disponível em: <<http://www.jcamposc.com.br/linguagemeinferencia.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

———. **Relevância, Cognição, Interface Semântica e Pragmática: Metateoria das Interfaces Externas e Internas**. Disponível em: <<http://www.jcamposc.com.br/isapl.ppt>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

———. **Semântica Pragmática: o 'e' na interface**. Disponível em: <www.jcamposc.com.br/semanticaepragmatica>. Acesso em: 26 jun. 2009.

———. **Lógica Clássica**. Disponível em: <www.jcamposc.com.br/semanticaepragmatica>. Acesso em: 26 jun. 2009.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo : Futura, 1998.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia et al., **Leitura: Inferências e Contexto Sociocultural**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. **A Leitura, a Produção de Sentidos e o Processo Inferencial: Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 3, 2004. 113

FODOR, Jerry A. **Processamento de Informação: the modularity of mind**. In: *Essay on Faculty Psychology*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1983.

FREDERIKSEN, Carl. **Semantic processing unit in understanding text**. (1977). In FREEDLE, Roy. *New Directions in Discourse Processing*. Norwood, N.J.: Ablex, 1979.

GARROD, **The Concept of Inference in Discourse Comprehension**. In: RICKEIT, Gert; STROHNER, Hans (Eds). *Inferences in Text Processing*. Amsterdam: North Holland, 1985.

GONÇALVES, M. A. **Os Papéis do Gerente e a Qualidade da Informação Gerencial**. In: Anais do encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Rio de Janeiro, v. 1, 1995.

GRICE, H.P. **Meaning**: philosophical review. New York: Academic Press, 1957.

———. **Logic and Conversation**. In: COLE; MORGAN (org). Syntax and Semantics, vol 3. New York: Academic Press. 1967/1975.

GUTIERREZ, G. L. **Gestão Comunicativa: Maximizando Criatividade e Racionalidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

HRON, Aemilian et al. **Structural Inferences**. In: Reading and Listening. [S.l. ; s.n.], 1985.

IBAÑOS, Ana Maria T.; SILVEIRA, Jane Rita Caetano. **Na interface Semântica/Pragmática**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. São Paulo: Cortez, 1989/1993.

———. **A Produção de Inferências e sua Contribuição na Construção do Sentido**. DELTA, v. 9, São Paulo: Cortez, 1993, p. 399-416 (número especial).

LAGO, A. P. **Comunicação: uma perspectiva abrangente**. Disponível em:< <http://www.rh.matrix.com.br/cgi-rh/bamco/db.pl>>. Acesso em: 18 set. 2008.

LEVINSON, S. C. **Pragmatics**. Cambridge, MA: Cambridge University Press. 19 114

———. **Presumptive Meanings: the Theory of Generalized Conversational Implicature**. Cambridge, MA: The MIT Press. 2000.

LUSSATO, B. **La théorie de l’empreinte**. Paris: ESF, 1991.

MACHADO, Marco Antônio Rosa. **O papel do processo inferencial na compreensão de textos escritos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MALHOTRA, Y. What is Knowledge Management? (1993). Disponível em: <<http://www.brint.com.papers/copint.htm>>. Acesso em: 08 set. 2009.

MCKOON, Gail; RATCLIFF, Roger. **Inference During Reading**. Psychological Review, v. 99, n. 3, 1992.

MOURA, Cynthia Borges de; GROSSI, Renata; HIRATA, Patrícia. **Análise Funcional como Estratégia para a Tomada de Decisão em Psicoterapia Infantil**. Estudos de Psicologia. Campinas: PUC, v.2, n. 2, 2009.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEREIRA, M. J. L. B.; FONSECA, J. G. M. **Faces da Decisão: as Mudanças de Paradigmas e o Poder da Decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997.

REDE Globo de Televisão. Big Brother Brasil (nove), 2009. Disponível em: <<http://bbb.globo.com/BBB9/Videos/0,,16401,00.html>>. Seção 'Vídeos'. Acesso em set 2009.

———. No Limite, 2000. Disponível em: <<http://www.globo.com./html>>. Acesso em: 01 out. 2009.

RICKHEIT, Gert; SCHNOTZ, Wolfgang; STROHNER, Hans et al. **The Concept of Inference in Discourse Comprehension**. In: RICKHEIT, Gert; STROHNER, Hans (Eds). Inferences in Text processing. Amsterdam: North Holland, 1985.

SFEZ, L. **Critique de la Décision**. Paris: Seuil, 1984.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SILVA, Célia Maria. **Processos Ostensivo-Inferenciais do Filme Neve sobre os Cedros de Scott Hicks**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2003.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da. **Teoria da relevância: uma resposta pragmático-cognitiva à comunicação inferencial humana**. Tese de doutorado. PUCRS, 1997.

—————; FELTES, Heloísa Pedroso. Moraes. **Pragmática e Cognição: a Textualidade pela Relevância**. Caxias do Sul: Edupucrs/Educs, 1999/2002.

SISTEMA Brasileiro de Televisão - SBT, Casa dos Artistas, 2001. Disponível em: <<http://www.sbt.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2009.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Relevance: **Communication and Cognition**. Blackwell, Oxford and Harvard University Press, Cambridge MA, 1986.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Relevance: **Communication and cognition**. (2nd ed.) Oxford: Blackwell, 1995.

SVEIBY, K. E. **A Nova Riqueza das Organizações**: Gerenciando e Avaliando Patrimônios de Conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

WILSON, Deirdre. **Relevance and Relevance Theory**. In R. Wilson & F. Keil (eds.) MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences. Cambridge MA: MIT Press, 1999.

WILSON, Deirdre. **Relevance Theory and Lexical Pragmatics**,. In MORA, L. (ed.) Cognición & Lenguaje: Estudios en Homenaje a Jose Luis Guijarro Morales, p. 233-247, 2008.